

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**  
**CURSO DE DIREITO**

**DÉBORA DE JESUS EUFRAZIO**

**A POSSIBILIDADE DE RECLAMAÇÃO NOS CASOS DE INCIDENTE DE  
RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE  
COMPETÊNCIA, NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: ANÁLISE SOB O  
ENFOQUE DAS COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS.**

**CRICIÚMA-SC**

**2018**

**DÉBORA DE JESUS EUFRAZIO**

**A POSSIBILIDADE DE RECLAMAÇÃO NOS CASOS DE INCIDENTE DE  
RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE  
COMPETÊNCIA, NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: ANÁLISE SOB O  
ENFOQUE DAS COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado  
para obtenção do grau de bacharel no curso de  
Direito da Universidade do Extremo Sul  
Catarinense, UNESC.

Orientador (a): Prof<sup>a</sup>. Ma. Adriane Bandeira  
Rodrigues.

**CRICIÚMA-SC**

**2018**

**DÉBORA DE JESUS EUFRAZIO**

**A POSSIBILIDADE DE RECLAMAÇÃO NOS CASOS DE INCIDENTE DE  
RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE  
COMPETÊNCIA, NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: ANÁLISE SOB O  
ENFOQUE DAS COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado  
pela Banca Examinadora para obtenção do  
Grau de Bacharel no Curso de Direito da  
Universidade do Extremo Sul Catarinense,  
UNESC, com Linha de Pesquisa em Direito  
Processual Civil.

Criciúma, 22 de novembro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Adriane Bandeira Rodrigues - Mestra - (UNESC) - Orientadora

Prof<sup>a</sup>. Morgana Bada Caldas - Mestra - (UNESC)

Prof. Alisson Tomaz Comim - (UNESC)

Dedico este trabalho a Deus, que me fortaleceu a cada dia, e à minha família, pelo apoio, por acreditar e estar ao meu lado.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço ao meu Deus, pelo Dom da Vida, por sua graça e misericórdia infinita ao longo destes cinco anos de graduação, Aquele que supriu as minhas necessidades, acalmou meu coração nos dias de tempestades e cumpre projetos inimagináveis.

À minha orientadora Professora Mestra Adriane Bandeira Rodrigues, pelo suporte e atenção a este trabalho.

Ao meu esposo Jesielson, pela compreensão, pelo carinho e amor diários, por ser um presente de Deus em minha vida.

Aos meus pais por todo o amor fraternal, e toda dedicação para que eu pudesse chegar até aqui, que sonharam e se alegraram comigo.

Às minhas amigas de graduação Flávia e Michele, que permaneceram comigo durante os cinco anos, dividindo as alegrias e tristezas da vida acadêmica.

Por fim, agradeço a todos familiares, amigos e colegas que de alguma forma colaboraram para minha formação e conclusão deste trabalho.

“Teu dever é lutar pelo Direito. Mas no dia em que encontrares o Direito em conflito com a Justiça, luta pela Justiça”.

Eduardo Couture

## RESUMO

O presente trabalho teve por objeto a análise da Reclamação frente às novas hipóteses de cabimento estabelecidas pelo Código de Processo Civil de 2015. A reclamação é mecanismo processual originariamente previsto no texto constitucional, onde a Reclamação seria cabível para a observância da competência e autoridade das decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça; às súmulas vinculantes do STF e, excepcionalmente, estendida aos tribunais locais quando regulamentada em suas Constituições Estaduais. Entretanto, o CPC/2015 prevê também que a Reclamação será cabível para a preservação das teses fixadas em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência, estes que são julgados por tribunais locais. Assim, a problematização está em averiguar a possibilidade de norma infraconstitucional prever e alterar as hipóteses de cabimento e julgamento de mecanismo regulamentado pela Constituição Federal, quando, na verdade, a alteração do texto constitucional se dá por meio de Emendas Constitucionais. Dessa forma, se estudou a força dos precedentes vinculantes e a segurança jurídica, que ganharam força com o advento do Código de Processo Civil de 2015, bem como a necessidade de respeitar-se o procedimento formal estabelecido pela CRFB/88. Para este trabalho fora utilizado o método dedutivo, em pesquisa do tipo teórica e qualitativa, com emprego de material bibliográfico diversificado, em livros, artigos de periódicos, teses e dissertações para levantamento do estudo acerca da reclamação e sua utilização no ramo do Direito Processual Civil. Assim, concluiu-se que, diante da realidade social e a busca pela segurança jurídica de forma eficaz aos jurisdicionados, a norma regulamentada pelo legislador infraconstitucional é de importante relevância para o direito processual e para a aplicação prática dos princípios constitucionais e processuais, de modo que está em consonância com a Constituição Federal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reclamação. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Incidente de Assunção de Competência. Precedentes Vinculantes. Segurança Jurídica.

## **ABSTRACT**

The purpose of this study is to analyze the Complaint in the face of the new assumptions established by the Civil Procedure Code of 2015. The complaint is a procedural mechanism originally provided for in the constitutional text, where the Complaint would be applicable to the observance of the competence and authority of decisions the Federal Supreme Court and the Superior Court of Justice; to the binding precedents of the STF and, exceptionally, extended to the local courts when it is regulated in its State Constitutions. However, CPC / 2015 also provides that the Complaint will be applicable for the preservation of the theses set in Incident of Resolution of Repetitive Claims and Asunción Incident which are tried by local courts. Thus, the problematization is to investigate the possibility of an infraconstitutional norm to foresee and change the hypotheses of fit and judgment of mechanism regulated by the Federal Constitution, when, in fact, the alteration of the constitutional text occurs through Constitutional Amendments. This will examine the strength of binding precedents and legal certainty, which have gained strength with the advent of the Civil Procedure Code of 2015, as well as the need to comply with the formal procedure established by CRFB / 88. For this work, the deductive method will be used in theoretical and qualitative research, using a variety of bibliographical material, in books, periodicals, theses and dissertations to collect the study about the complaint and its use in the branch of Civil Procedural Law . It was concluded that, in view of the social reality and the search for legal certainty in an effective way to the courts, the norm regulated by the infraconstitutional legislator is of important relevance for procedural law and for the practical application of constitutional and procedural principles, so that it is in accordance with the Federal Constitution.

**KEY-WORDS:** Complaint. Repetitive Demands Resolution Incident. Incident of Assumption of Competence. Binding Precedents. Legal Security.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC	Acre
ADI	Ação Declaratória de Inconstitucionalidade
Art	Artigo
CE	Ceará
CPC/15	Código de Processo Civil de 2015
CPC/73	Código de Processo Civil de 1973
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
EC	Emenda Constitucional
FPPC	Fórum Permanente de Processualistas Cíveis
IAC	Incidente de Assunção de Competência
IRDR	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
Jr.	Júnior
nº	número
p	página
Rcl	RECLAMAÇÃO
s	sem
STF	Supremo Tribunal Federal
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 RECLAMAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
2.1 HISTÓRICO DA RECLAMAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO .....	15
2.2 NATUREZA JURÍDICA.....	18
2.3 HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	22
2.4 PROCESSAMENTO E COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DA RECLAMAÇÃO .....	26
<b>3 OS INCIDENTES VINCULANTES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ..</b>	<b>30</b>
3.1 O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS .....	32
3.2 O INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA .....	36
3.3 O CARÁTER VINCULANTE DAS TESES FIXADAS NOS INCIDENTES.....	39
<b>4 A RECLAMAÇÃO EM FACE DAS DECISÕES PROFERIDAS EM IRDR E IAC À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....</b>	<b>43</b>
4.1 A RECLAMAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO PARA O ANTENDIMENTO DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA.....	43
4.2 A OBSERVANCIA DAS TESES FIXADAS EM IRDR E IAC E O PODER CRIATIVO DOS JUÍZES .....	47
4.3 A RELAÇÃO ENTRE AS NOVAS HIPÓTESES DE RECLAMAÇÃO TRAZIDAS PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL EM COMPARAÇÃO COM A COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL .....	51
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Reclamação é instituto jurídico do direito brasileiro, formada por entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, com base na teoria dos poderes implícitos. Sua previsão no ordenamento jurídico deu-se primeiramente na Constituição Federal de 1988, nos artigos 102, I, "I" e 105, I, "f", com a finalidade de resguardar a competência e autoridade das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça.

Por meio da Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, a CRFB/88 passou a admitir a reclamação também para resguardar a aplicação ou não de entendimento firmado por Súmula Vinculante, conforme § 3º, do art. 103, da CRFB/88. Observa-se ainda que, pelo princípio da simetria, poderiam os Tribunais dos Estados-Membros julgar a reclamação quando presente a usurpação de competência ou a garantia de autoridade de suas decisões.

Estes seriam os únicos meios para a propositura da ação de reclamação, até que, com o advento do Código de Processo Civil de 2015, o legislador infraconstitucional regulamentou no processo civil a reclamação, estendendo ainda as hipóteses de cabimento para além daquelas previstas no texto constitucional, de modo que incluiu como cabimento da Reclamação as decisões vinculantes proferidas em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência.

Tal atitude do legislador infraconstitucional vem sendo frequentemente discutida pelos doutrinadores e pesquisadores, pois, sendo a reclamação instituto previsto na Constituição Federal, deveria por esta ser regulamentada por meio de Emenda Constitucional, entretanto, analisando-se sob a ótica do atual Código de Processo Civil, onde a jurisprudência e a segurança jurídica receberam forte importância, de modo que se discutirá neste trabalho a possibilidade ou não de cabimento da Reclamação nas hipóteses regulamentadas pelo CPC/2015.

Assim, no primeiro capítulo se estudará a respeito da Reclamação e sua regulamentação no ordenamento jurídico, verificando seu processo histórico e sua formação por entendimento jurisprudencial, fato que demandou discussão entre os juristas, visto que não caberia ao Poder Judiciário a instituição de instrumento jurídico, tarefa esta de competência do legislador.

Ainda, se analisará a natureza jurídica do instituto, que por vezes era confundida com recurso ou até correção parcial, bem como suas hipóteses de cabimento, analisando assim aquelas já trazidas pelo texto constitucional, para preservar a competência e garantir a autoridade das decisões e aplicação da Súmula Vinculante dos tribunais superiores, além das novas hipóteses advindas do CPC/2015, para cumprimento das teses fixadas no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência.

Já no segundo capítulo, se aprofundará o estudo acerca do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e do Incidente de Assunção de Competência, regulamentados pelo CPC/2015. Observa-se que no CPC/73 o IAC era regulamentado pelo art. 555, entretanto, este incidente recebeu capítulo específico no atual código processual, o qual também regulamentou o IRDR, mecanismo sem previsão no CPC/73.

Conforme será visto, ambos os incidentes possuem o objetivo de uniformizar a jurisprudência dos tribunais estaduais e regionais para a observância da segurança jurídica, formando assim precedentes com efeitos vinculantes na jurisdição do respectivo tribunal, demonstrando o fortalecimento do CPC/2015 pelo respeito à jurisprudência estável, íntegra e coerente.

A cultura jurisdicional brasileira é tradicionalmente baseada no *civil law*, o qual a norma é a principal fonte do direito, inexistindo espaços para a aplicação de precedentes na resolução de um caso concreto. Entretanto, o CPC/2015 buscou a aproximação ao *commom law*, de forma que os magistrados deverão observar, além da norma positivada, os precedentes dos tribunais quanto ao caso concreto, visto que o elevado número de processos judiciais e as diferentes decisões proferidas pelos magistrados tem causado insegurança jurídica aos cidadãos.

O CPC/2015 sustentou a importância de preservar a uniformização da jurisprudência dos tribunais, de modo que as decisões judiciais sejam tão relevantes quanto são as normas, aproximando-se assim do *commom law* para a preservação da segurança jurídica.

A segurança jurídica é garantia do Estado Democrático de Direito, prevista na CRFB/88 e aplicada ao direito processual, não sendo possível que todas as situações jurídicas estejam nela positivadas, o que apenas irá gerar carga ao Poder Legislativo, cabendo também ao Poder Judiciário a aplicação coerente de

precedentes, vez que a discricionariedade que é dada ao magistrados e seu poder criativo não possuem caráter absoluto.

Por fim, no terceiro e último capítulo serão examinados os fundamentos para a reclamação no atual Código de Processo Civil, analisando o princípio da segurança jurídica para aplicação na Reclamação, bem como a relação das teses vinculantes comparadas ao poder criativo do juiz.

Como visto, o *civil law* foi a base para a jurisdição brasileira, onde o juiz seria “boca da lei”. Entretanto, com as constantes transformações sociais seria impossível que todas as relações jurídicas estivessem positivadas, sendo garantido ao magistrado a possibilidade de julgar o caso de acordo com as provas constantes dos autos e suas convicções. Com o decorrer do tempo e a massificação das decisões judiciais, verificou-se a necessidade de regular procedimentos para a simplificação das ações judiciais.

Assim, coube ao CPC/2015 prever os incidentes com teses vinculantes, limitando assim o poder criativo do juiz e seu livre convencimento para a garantia da isonomia e segurança jurídica no direito processual, de modo que a inobservância destas teses pode ser discutida por meio de Reclamação, modalidade esta objeto deste trabalho.

## 2 RECLAMAÇÃO

A reclamação como medida judicial buscava originariamente o cumprimento das decisões proferidas pelos tribunais superiores, mas com o atual Código de Processo Civil, a garantia estendeu-se aos tribunais locais. Os tribunais possuem o poder explícito de julgar, entretanto, vinculado a este poder, está o poder implícito, relacionado com a competência do tribunal de fazer valer suas próprias decisões e competência, por meio da reclamação (DIDIER Jr.; CUNHA, 2016, p. 527).

Morato (2007, p. 22) expõe que é o Poder Judiciário que dá efetividade às normas, pois se não houvesse a correção mediante o uso da jurisdição as normas positivadas seriam facilmente violadas. Necessário então salvaguardar as normas constitucionais com a atividade jurisdicional, por meio do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, e garantir a autoridade de seus julgados e preservação de sua competência por meio da Reclamação.

Com a Reclamação busca-se a aplicação de forma igualitária do mesmo entendimento em todo o território nacional, de forma que sejam cumpridas as decisões proferidas pelos tribunais superiores, impedindo que juízes locais inovem em seus julgados, a ponto de gerar insegurança jurídica, sendo então necessário que o poder jurisdicional assegure a eficácia das decisões nas instâncias inferiores (MORAES, 2015, p. 15).

As variadas sentenças e julgamentos contraditórios na atividade jurisdicional, ainda que a lide seja a mesma, demonstram o aumento da insegurança jurídica entre os aplicadores do direito, sendo a reclamação instrumento jurídico capaz de reparar uma “deformidade funcional” na jurisdição nacional, por meio da preservação da competência e garantia da autoridade das decisões dos tribunais estaduais e federais (idem, p. 21).

Para que se possa alcançar a segurança jurídica dentro do poder jurisdicional, os tribunais utilizam-se da jurisprudência, que deve ser uniformizada e mantida estável, íntegra e coerente, conforme dispõe o art. 926, do CPC/2015<sup>1</sup>, capaz de garantir a racionalização e uniformização dos entendimentos dos tribunais,

---

<sup>1</sup>Art. 926. Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.

e, por consequência, editar Súmulas que representem a jurisprudência dominante, de acordo com o § 1º, do art. 926<sup>2</sup> (BUENO, 2016, p. 600).

O art. 927, do CPC/2015<sup>3</sup> prevê também que a prestação jurisdicional, que se dá pelos juízes e tribunais, deve respeitar as decisões dos demais órgãos jurisdicionais a que estão subordinados, impondo assim o caráter vinculante das decisões elencadas no referido artigo, já que a aplicação de tais decisões não se trata de faculdade, mas sim um ato irrecusável pelos juízes e tribunais, que deverão observar os precedentes na atividade jurisdicional (idem, p. 601).

Assim, o presente capítulo estudará o instituto da reclamação, inicialmente previsto no texto constitucional, e atualmente utilizado no direito processual civil, visto as inovações legislativas trazidas pelo Código de Processo Civil.

## 2.1 HISTÓRICO DA RECLAMAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO

O surgimento da reclamação como instrumento do Poder Judiciário para resguardar a competência e autoridade das decisões dos tribunais deu-se por meio de construção jurisprudencial, com base na teoria dos poderes implícitos, advindo do Direito Americano, sendo inicialmente prevista no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (DANTAS, 2000, p.49).

Antes mesmo de o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal reconhecer a Reclamação como instrumento jurídico, havia uma enorme discussão acerca da possibilidade desta inovação se dar por um órgão do Poder Judiciário. “O alto grau de formalidade existente no sistema do direito escrito acaba impregnando o intérprete que, em uma avaliação menos acurada, não consegue identificar como sendo viável ao Judiciário funcionar como legislador positivo” (MACEDO, 2007, p. 114).

---

<sup>2</sup>§ 1º Na forma estabelecida e segundo os pressupostos fixados no regimento interno, os tribunais editarão enunciados de súmula correspondentes a sua jurisprudência dominante.

<sup>3</sup>Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

II - os enunciados de súmula vinculante;

III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;

V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

A possibilidade de se admitir um procedimento perante o Supremo Tribunal Federal que garantisse a celeridade e proteção de suas próprias decisões ganhou alguns obstáculos desde o início, tendo em vista que a reclamação não estava prevista no ordenamento jurídico, sendo admitida a impugnação dos atos judiciais viciados por meio das vias recursais ordinárias, bem como, com o ajuizamento de ação rescisória, após o trânsito em julgado (MORAES, 2015, p. 28).

Assim, de acordo com Pacheco (1991, p. 423/424) a origem da reclamação no ordenamento jurídico brasileiro se deu em quatro fases.

A primeira fase seria a partir da criação do Supremo Tribunal Federal em 1891<sup>4</sup>; a segunda se inicia em 1957 com a inclusão da reclamação no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal; a terceira, quando a Constituição Federal de 1967 prevê em seu art. 115, parágrafo único "c" que o Regimento Interno do STF poderia estabelecer "o processo e o julgamento dos feitos de sua competência originária ou de recurso", e, por fim, a quarta fase seria a partir da Constituição Federal de 1988, com os artigos 102, I, "I" e 105, I, "f" dispondo as hipóteses de cabimento da reclamação.

Dessa forma a primeira fase baseia-se em uma evolução jurisprudencial, onde a Reclamação passou a ser admitida diante do princípio dos poderes implícitos, originado do direito americano, como explanou Morato (2007, p. 29):

Tem incidência a teoria dos poderes implícitos, a partir da qual se deve entender que, no caso do Supremo e do Superior Tribunal, além dos poderes expressamente previstos em lei, também foram conferidos implicitamente a estas Cortes outros poderes, necessários ao resguardo do desempenho de suas funções, bem como para a garantia de sua autoridade e de sua competência.

Assim, resolvendo a divergência acerca da admissão da reclamação, decidiu o ministro Oromzibo Nonato na Reclamação nº 141, de 25/01/1952:

[...] A criação dum remédio de direito para vindicar o cumprimento fiel das suas sentenças, está na vocação do Supremo Tribunal Federal e na amplitude constitucional e natural de seus poderes. - Necessária e legítima

---

<sup>4</sup>A denominação "Supremo Tribunal Federal" foi adotada na Constituição Provisória publicada com o Decreto n.º 510, de 22 de junho de 1890, e repetiu-se no Decreto n.º 848, de 11 de outubro do mesmo ano, que organizou a Justiça Federal.

A Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, que instituiu o controle da constitucionalidade das leis, dedicou ao Supremo Tribunal Federal os artigos 55 a 59. (<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=sobreStfConhecaStfHistorico>).



é assim a admissão do processo de Reclamação, como o Supremo Tribunal tem feito. - É de ser julgada procedente a Reclamação quando a justiça local deixa de atender à decisão do Supremo Tribunal Federal.(Rcl 141 primeira, Relator(a): Min. ROCHA LAGOA, Tribunal Pleno, julgado em 25/01/1952, DJ 17-04-1952 PP-03549 EMENT VOL-00078-01 PP-00001)

Já na segunda fase, em 1957, o art. 1º<sup>5</sup> do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal prevê normas específicas para julgamento da reclamação perante a Suprema Corte com a finalidade de preservação de sua competência ou garantia da autoridade de seus julgados (ALVES, 2013, p. 839).

Em seguida, a terceira fase fora representada pela Constituição Federal de 1967, onde em seu art. 115, parágrafo único, alínea “c” regulamentou no ordenamento jurídico a possibilidade de o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal estabelecer “o processo e o julgamento dos feitos de sua competência originária ou de recurso”, retirando assim a ideia de que a corte superior estaria usurpando da competência legislativa ao instituir instrumento jurídico jamais previsto (MACEDO, 2007, p. 126).

A Emenda nº 7/77 à Constituição Federal de 1967, incluiu no texto constitucional o art. 119, I, o, em que previu a advocatória, onde o Supremo Tribunal Federal poderia avocar causas processadas em qualquer juízo ou tribunal, cuja avocação seria deferida a pedido do Procurador Geral da República, quando houvesse “perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou às finanças públicas,”, sendo suspensos os efeitos da decisão proferida e devolvido o integral conhecimento da lide (DANTAS, 2000, p. 218).

Por fim, a quarta e última fase deu-se com o advento da CRFB/1988, onde pela primeira vez restou regulada no texto constitucional a viabilidade da Reclamação perante o Supremo Tribunal Federal, bem como ao Superior Tribunal de Justiça, em ambos os casos para preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões (MACEDO, 2007, p. 131).

---

<sup>5</sup> O Supremo Tribunal Federal poderá admitir reclamação do Procurador Geral da República, ou de interessado na causa, a fim de preservar a integridade de sua competência ou assegurar a autoridade de seu julgado.

## 2.2 NATUREZA JURÍDICA

A reclamação é medida judicial não comparada com qualquer outro tipo de ação, incidente ou recurso, sendo visível na doutrina e jurisprudência a discussão acerca da natureza jurídica da reclamação constitucional. Inclusive, a própria jurisprudência dos tribunais superiores está repleta de divergências no posicionamento da reclamação ser ação, incidente processual ou recurso, principalmente quando das origens do instituto. Neste sentido, veja-se o julgado do Supremo Tribunal Federal, no ano de 1991, na Reclamação 336, de relatoria do Ministro Celso de Mello:

RECLAMAÇÃO - NATUREZA JURÍDICA - ALEGADO DESRESPEITO A AUTORIDADE DE DECISÃO EMANADA DO STF - INOCORRENCIA - IMPROCEDENCIA. - A reclamação, qualquer que SEJA a qualificação que se lhe DE - Ação (Pontes de Miranda, "Comentários ao Código de Processo Civil", tomo V/384, Forense), recurso ou sucedâneo recursal (Moacyr Amaral Santos, RTJ 56/546-548; Alcides de Mendonça Lima, "O Poder Judiciário e a Nova Constituição", p. 80, 1989, Aide), remédio incomum (Orozimbo Nonato, "apud" Cordeiro de Mello, "O processo no Supremo Tribunal Federal", vol. 1/280), incidente processual (Moniz de Aragão, "A Correição Parcial", p. 110, 1969), medida de Direito Processual Constitucional (José Frederico Marques, "Manual de Direito Processual Civil", vol 3., 2. parte, p. 199, item n. 653, 9. ed., 1987, Saraiva) ou medida processual de caráter excepcional (Min. Djaci Falcão, RTJ 112/518-522) - configura, modernamente, instrumento de extração constitucional, inobstante a origem pretoriana de sua criação (RTJ 112/504), destinado a viabilizar, na concretização de sua dupla função de ordem político-jurídica, a preservação da competência e a garantia da autoridade das decisões do Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102, I, "I") e do Superior Tribunal de Justiça (CF, art. 105, I, "f"). - Não constitui ato ofensivo a autoridade de decisão emanada do Supremo Tribunal Federal o procedimento de magistrado inferior que, motivado pela existência de várias execuções penais ainda em curso, referentes a outras condenações não desconstituídas pelo "writ", deixa de ordenar a soltura imediata de paciente beneficiado por "habeas corpus" concedido, em caso diverso e específico, por esta Corte. (BRASIL, 1991).

Morato (2007, p. 269), acerca da natureza jurídica da reclamação, explica que:

[...] a reclamação não é medida administrativa; não é procedimento de jurisdição voluntária; não constitui processo objetivo; não é recurso nem sucedâneo recursal; não pode ser qualificada como incidente processual; não se caracteriza por exercício do direito de petição; e não é simples remédio processual.

Discutia-se também se a reclamação seria como a chamada correição parcial, instituto administrativo disciplinar, sem caráter de recurso, e por isso sem

legitimidade para reformar as decisões judiciais, mas sim corrigir erros, omissões ou abusos de magistrados, com a devida advertência, sem, entretanto, alterar o conteúdo da decisão, diferente da reclamação, que possui poder jurisdicional de atacar as decisões que afrontarem a competência e decisão dos tribunais pátrios (DANTAS, 2000, p. 143).

A correção é medida administrativa, responsável por corrigir erros da justiça, fiscalizar os seus subordinados, não se confundindo com recursos para análise de mérito, tampouco modificação de decisões judiciais, servindo “para apurar a ordem e a regularidade dos serviços forenses”, podendo ainda ser aplicada de ofício (MORATO, 2007, p. 44).

Segundo Didier Jr. e Cunha (2016. p. 532), a reclamação tem a incumbência de cassar a decisão judicial que contrariar julgamentos realizados por tribunais superiores e locais, caracterizando-se como meio de impugnação judicial a requerimento da parte interessada; a contrário da medida administrativa de correção, que não possui força para atacar decisão do Poder Judiciário, mas tem caráter administrativo e disciplinar em face de juízes de primeiro grau.

Tampouco se pode caracterizar a reclamação como recurso, visto que ausente regulamentação como recurso no ordenamento jurídico, contrariando os ditames do princípio da taxatividade. A reclamação não possui o condão de reformar ou anular um julgado, sendo ação autônoma, não processada nos mesmo autos em que fora praticado o ato reclamado, havendo o imediato cumprimento da decisão proferida pelo tribunal, conforme o art. 993, do CPC<sup>6</sup> (idem, p. 534).

Segundo o princípio da taxatividade dos recursos, serão cabíveis apenas aqueles criados e previstos em lei federal, em conformidade com o art. 22, inciso I, da CRFB/1988<sup>7</sup>, sendo tal competência indeclinável aos Estados-membros, que poderão dispor acerca das formas procedimentais para interposição de recursos, sem, entretanto, criar novas hipóteses de recursos além daquelas já regulamentadas pelo art. 994, do CPC/2015<sup>8</sup> bem como em legislação extravagante, como é o caso da Lei nº 9.099/95 (BUENO, 2016, p. 670).

---

<sup>6</sup>Art. 993. O presidente do tribunal determinará o imediato cumprimento da decisão, lavrando-se o acórdão posteriormente.

<sup>7</sup>Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

<sup>8</sup> Art. 994. São cabíveis os seguintes recursos:

Neste viés, para que haja a interposição de um recurso é necessário que se tenha uma decisão judicial a ser atacada, o que não ocorre com a reclamação, visto se tratar de ação autônoma com objetivo de preservar a competência usurpada ou requerer o cumprimento de uma decisão já proferida, sendo prescindível que haja uma decisão onde se pleiteia a reforma (DANTAS, 2000, p. 453).

O Supremo Tribunal Federal manifestou-se em 2003 no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.212-1/CE, onde reconheceu a reclamação como direito de petição, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, "a", da Constituição Federal:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 108, INCISO VII, ALÍNEA I DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ E ART. 21, INCISO VI, LETRA J DO REGIMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA LOCAL. PREVISÃO, NO ÂMBITO ESTADUAL, DO INSTITUTO DA RECLAMAÇÃO. INSTITUTO DE NATUREZA PROCESSUAL CONSTITUCIONAL, SITUADO NO ÂMBITO DO DIREITO DE PETIÇÃO PREVISTO NO ARTIGO 5º, INCISO XXXIV, ALÍNEA A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 22, INCISO I DA CARTA. 1. A natureza jurídica da reclamação não é a de um recurso, de uma ação e nem de um incidente processual. Situa-se ela no âmbito do direito constitucional de petição previsto no artigo 5º, inciso XXXIV da Constituição Federal. Em consequência, a sua adoção pelo Estado-membro, pela via legislativa local, não implica em invasão da competência privativa da União para legislar sobre direito processual (art. 22, I da CF). 2. A reclamação constitui instrumento que, aplicado no âmbito dos Estados-membros, tem como objetivo evitar, no caso de ofensa à autoridade de um julgado, o caminho tortuoso e demorado dos recursos previstos na legislação processual, inegavelmente inconvenientes quando já tem a parte uma decisão definitiva. Visa, também, à preservação da competência dos Tribunais de Justiça estaduais, diante de eventual usurpação por parte de Juízo ou outro Tribunal local. 3. A adoção desse instrumento pelos Estados-membros, além de estar em sintonia com o princípio da simetria, está em consonância com o princípio da efetividade das decisões judiciais. 4. Ação direta de inconstitucionalidade improcedente. (BRASIL, 2003).

Portanto, nesta linha de entendimento, a reclamação se caracteriza como ação autônoma, com partes, causa de pedir e pedido, tendo seu processamento regulado pela legislação, com provocação da parte, ou até do Ministério Público,

- 
- I - apelação;
  - II - agravo de instrumento;
  - III - agravo interno;
  - IV - embargos de declaração;
  - V - recurso ordinário;
  - VI - recurso especial;
  - VII - recurso extraordinário;
  - VIII - agravo em recurso especial ou extraordinário;
  - IX - embargos de divergência.

sendo "exercício de pretensão à tutela específica do Estado, que se faz por meio de uma ação ou demanda judicial [...]" (DIDIER Jr.; CUNHA, 2016, p. 536).

Assim, entendida como medida jurisdicional, apesar das divergências em relação à sua natureza jurídica na impugnação das decisões judiciais, e, tendo em vista que a finalidade da reclamação não é a reforma do julgado, mas tão somente a aplicação da competência e da tese firmada, entende-se que a reclamação tem natureza jurídica de ação (OLIVEIRA, 2016, p. 293-295).

Segundo Moraes (2015, p. 25):

[...] a reclamação não é de jurisdição voluntária, pois por meio dela instaura-se uma verdadeira lide entre o reclamante e a autoridade reclamada, que desafia procedimento com contraditório para o fim de se apurar se houve, ou não, desacato ou usurpação de competência.

A reclamação constitucional é ação judicial de competência originária dos tribunais, de jurisdição contenciosa, a fim de resguardar a competência e a autoridade das decisões preferidas pelos tribunais formando coisa julgada, podendo ser anulada somente por meio de ação rescisória (DIDIER Jr.; CUNHA, 2016, p. 535-537).

Assim, tendo em vista que a reclamação constitucional deve cumprir requisitos processuais como interesse processual para demandar a causa, sua natureza jurídica é de ação, que deve observar os requisitos formais do artigo 319 e 320<sup>9</sup>, ambos do Código de Processo Civil.

---

<sup>9</sup> Art. 319. A petição inicial indicará:

I - o juízo a que é dirigida;

II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV - o pedido com as suas especificações;

V - o valor da causa;

VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

§ 1º Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção.

§ 2º A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu.

§ 3º A petição inicial não será indeferida pelo não atendimento ao disposto no inciso II deste artigo se a obtenção de tais informações tornar impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça.

Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

## 2.3 HIPÓTESES DE CABIMENTO

Como já mencionado, a reclamação encontra-se prevista na CRFB/88, nos artigos 102, inciso I, alínea “f”<sup>10</sup>, e art. 105, inciso I, alínea “f”<sup>11</sup>, para preservar a competência e garantir a autoridade das decisões proferidas no âmbito do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Com a publicação da Lei nº 8.038/90, que instituiu normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, o procedimento da Reclamação passou a ser regulamentado pelos artigos 13 a 18. Contudo, o advento da Lei nº 13.105/2015, atual Código de Processo Civil, revogou os artigos supracitados, sendo a reclamação atualmente regulada pelos artigos 988 a 993, do CPC.

O art. 988, do Código de Processo Civil de 2015<sup>12</sup> inovou ao trazer em seu texto, além das hipóteses já descritas no texto constitucional, novas possibilidades de cabimento da reclamação, como o inciso IV, que dispõe acerca do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência, inclusive nos tribunais de justiça estaduais, a fim de respeitar os precedentes, e dessa forma promover a segurança jurídica.

O referido inciso vem sendo discutido na doutrina, vez que a Constituição Federal prevê que a reclamação será julgada pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, e tal regra estendeu aos Tribunais de Justiça, de forma excepcional, a competência para julgamento da Reclamação (DIDIER Jr.; CUNHA, 2016, p. 528-529).

---

<sup>10</sup>Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

[...]

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

<sup>11</sup> Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

[...]

f) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

<sup>12</sup> Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III - garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

IV - garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

Contudo, destaca-se que o Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI nº 2.212 em 02/10/2003 entendeu que os Estados Membros poderiam prever em suas constituições o cabimento da reclamação:

[...] A reclamação constitui instrumento que, aplicado no âmbito dos Estados-membros, tem como objetivo evitar, no caso de ofensa à autoridade de um julgado, o caminho tortuoso e demorado dos recursos previstos na legislação processual, inegavelmente inconvenientes quando já tem a parte uma decisão definitiva. Visa, também, à preservação da competência dos Tribunais de Justiça estaduais, diante de eventual usurpação por parte de Juízo ou outro Tribunal local. 3. A adoção desse instrumento pelos Estados-membros, além de estar em sintonia com o princípio da simetria, está em consonância com o princípio da efetividade das decisões judiciais. (BRASIL, 2003).

Segundo Bueno (2016, p. 654), os Tribunais de Justiça seriam competentes para o julgamento da reclamação quando suas Constituições Estaduais assim previssessem, sendo esta competência de atuação dos tribunais locais decorrente da teoria dos poderes implícitos, de forma que o CPC/2015 limitou-se “a explicitar o que, implicitamente, já está contido no sistema processual civil, e, mais amplamente, no próprio modelo constitucional”.

As hipóteses previstas nos incisos I a III, do art. 988, do CPC, já eram reguladas pela CRFB/1988, com objetivo de preservar a competência e autoridade das decisões dos tribunais superiores.

A preservação da competência como objeto da reclamação impede que ocorra a infração às normas de competência, onde órgão jurisdicionado atue na competência de julgamento de outra autoridade de tribunal hierarquicamente superior, devidamente constituído para atuar na causa (DIDIER Jr.; CUNHA, 2016, p. 541).

A usurpação de competência poderá ser arguida também em face do juiz de primeiro grau, quando este não conhecer do recurso de apelação, conforme Enunciado 207 do Fórum Permanente de Processualistas Civis: “Cabe reclamação, por usurpação de competência do tribunal de justiça ou tribunal regional federal, contra a decisão de juiz de 1º grau que inadmitir recurso de apelação” (FPPC).

Em relação à garantia da autoridade das decisões dos tribunais, é utilizada para uniformizar as decisões, e preservar a isonomia jurídica, e, tratando-se de tribunais superiores, o respeito e cumprimento de suas decisões pelas instâncias

inferiores são necessários para legitimar seus próprios julgados (OLIVEIRA, 2016, p. 299).

De acordo com Didier Jr. e Cunha (2016, p. 543) “desobedecida alguma decisão do tribunal, cabe a reclamação para obter seu cumprimento”, todavia, a decisão que se pretende o cumprimento não pode ser do próprio tribunal, mas de autoridade de qualquer outro poder, conforme entendimento do próprio Supremo Tribunal Federal na Reclamação 3.916 “Não cabe reclamação contra atos decisórios dos ministros ou das Turmas que integram esta Corte Suprema, dado que tais decisões são juridicamente imputadas à autoria do próprio Tribunal em sua inteireza”.

Além das hipóteses referidas, conforme artigo 103-A, § 3º<sup>13</sup>, da CRFB/88, introduzido pela Emenda Constitucional 45/2004, a reclamação poderá ser ajuizada também quando houver decisão judicial que contrarie enunciado de Súmula Vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal, sendo a hipótese incluída no CPC/15, no art. 988, inciso III<sup>14</sup>.

A inovação do CPC/2015 diz respeito ao inciso IV, do art. 988, prevendo a reclamação para “garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência”, considerando assim, vinculativas as decisões de qualquer tribunal, cabível “tanto quando aplicado indevidamente a hipóteses que não lhe corresponda, como quando não aplicado o caso em que sua observância era devida, conforme disposto no § 4º, do art. 988, do CPC<sup>15</sup> (THEODORO JÚNIOR, 2016, p. 934).

---

<sup>13</sup> Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

[...]

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

<sup>14</sup> Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

[...]

III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

<sup>15</sup> § 4º As hipóteses dos incisos III e IV compreendem a aplicação indevida da tese jurídica e sua não aplicação aos casos que a ela correspondam.



A reclamação processa-se independentemente do estado em que se encontra o processo de origem. Ainda que esteja pendente julgamento de recurso, poderá a parte interessada fazer uso da reclamação, bastando apenas que não esteja suspenso o processo e tampouco tenha havido o trânsito em julgado, conforme dispõe o art. 988, §6º, do Código de Processo Civil: “A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado não prejudica a reclamação” (idem, p. 934-935).

Cumpra observar que não caberá a reclamação se já houver o trânsito em julgado da decisão impugnada, conforme disposto no inciso I, do § 5º, do art. 988, do CPC<sup>16</sup>, bem como previsto na Súmula 734, do Supremo Tribunal Federal: “Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal”.

Ainda o art. 988, § 5º, inciso II, do CPC dispõe que não poderá ser promovida reclamação “para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivo [...]”, (BRASIL, 2015), desde que as instâncias inferiores não estejam devidamente esgotadas.

Assim, para o ajuizamento da ação de reclamação, a parte interessada deverá comprovar a presença de pressupostos específicos:

a) existência de usurpação de competência, de descumprimento de decisão do STF ou do STJ, ou contrariedade a súmula vinculante do STF; b) existência de identidade material entre a decisão reclamada e a julgada, tida como paradigma (decisão que se quer garantir o cumprimento); c) inexistência do trânsito em julgado. (MORAES, 2015, p. 23).

Considera-se importante a inovação dos precedentes no campo da reclamação trazida pelo Código de Processo Civil, pois trará vinculação das decisões proferidas pelos tribunais, impedindo que os julgadores apliquem tão somente a letra da lei, sendo meio essencial para igualdade das decisões e uniformização da jurisprudência (SOUZA E SILVA, 2016, s.p.)

Assim, entende-se que o procedimento da reclamação deve ser utilizado quando da violação de um precedente com força vinculante no ordenamento jurídico, pois produzirá efeitos imediatos em face da decisão que violou o

---

<sup>16</sup>§ 5º É inadmissível a reclamação:

I – proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada.

entendimento pacificado ou usurpou da competência do tribunal; a contrário dos recursos, que terão eficácia somente após o esgotamento das vias recursais e trânsito em julgado da decisão.

## 2.4 PROCESSAMENTO E COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DA RECLAMAÇÃO

O processamento da reclamação está previsto nos artigos 988 a 993, do Código de Processo Civil, assim como no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Destaca-se que, antes da publicação do CPC/2015, o procedimento da reclamação estava regulado pelos artigos 13 a 18, da Lei nº 8.038/90, entretanto, estes foram revogados pela atual legislação processual.

A reclamação tem seu início com a distribuição da petição inicial perante o tribunal que teve sua competência usurpada ou a autoridade afrontada, sendo que a parte interessada deverá ajuizar a ação respeitando os requisitos do art. 319 e 320, do CPC, e ainda apresentar todos os documentos indispensáveis, vez que não há possibilidade de dilação probatória, conforme ensina Oliveira (2016, p. 305): “Como ação autônoma, a reclamação guarda instrução própria. Entretanto, não há fase instrutória. Em vista disso, todas as provas produzidas deverão ser fornecidas por meio de documentos anexados à petição inicial”.

A decisão que resolve a reclamação julgará o mérito da causa, estando a parte condicionada a apresentação de prova pré-constituída, sem oportunidade de dilação probatória, sob pena de extinção da reclamação sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do CPC/2015<sup>17</sup> (WAMBIER; TALAMINI, 2016, p. 781).

A ação de reclamação é dirigida ao presidente do tribunal competente para julgamento, sendo que o relator determinará esclarecimentos do processo pela autoridade, no prazo de 10 dias, podendo até suspender o processo, se comprovada a existência de dano de difícil reparação (art. 989, I e II, do CPC).

---

<sup>17</sup>Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

A legitimidade ativa será da parte interessada ou do Ministério Público, e, conforme o art. 991, do CPC<sup>18</sup>, o órgão ministerial terá vista do processo na reclamação em que não houver formulado. A despeito da parte interessada, é aquela em que tem interesse jurídico na causa, com efetivo prejuízo em razão do desrespeito da decisão proferida pelo tribunal, não se configurando apenas o mero cidadão (GONZÁLEZ, 2014, s.p).

O art. 989, do CPC, em seu inciso III<sup>19</sup>, dispõe que o relator determinará a citação do beneficiário para que no prazo de 15 dias, contados na forma do art. 231, do CPC/2015<sup>20</sup>, apresente a respectiva contestação, deixando claro que o sujeito passivo da reclamação não se trata da autoridade que proferiu a decisão impugnada, mas sim o sujeito beneficiado pela decisão.

A autoridade que praticou o ato deverá prestar as informações acerca de seus atos, de modo a defender sua regularidade, não assumindo o polo passivo, sendo este pertencente ao sujeito que sofreu repercussão favorável do ato, uma vez que a procedência da ação de reclamação irá desfazer o ato pelo qual fora beneficiado (WAMBIER; TALAMINI, 2016, p. 779).

O posicionamento também é o mesmo para Didier Jr. e Cunha (2016, p. 561), expondo que o sujeito passivo não é a autoridade que descumpre a decisão ou usurpa a competência, mas sim o sujeito que dela se beneficiou. Veja-se que o art.

---

<sup>18</sup> Art. 991. Na reclamação que não houver formulado, o Ministério Público terá vista do processo por 5 (cinco) dias, após o decurso do prazo para informações e para o oferecimento da contestação pelo beneficiário do ato impugnado.

<sup>19</sup> Art. 989. Ao despachar a reclamação, o relator:  
[...]

III - determinará a citação do beneficiário da decisão impugnada, que terá prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a sua contestação.

<sup>20</sup> Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo:

I - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio;

II - a data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça;

III - a data de ocorrência da citação ou da intimação, quando ela se der por ato do escrivão ou do chefe de secretaria;

IV - o dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz, quando a citação ou a intimação for por edital;

V - o dia útil seguinte à consulta ao teor da citação ou da intimação ou ao término do prazo para que a consulta se dê, quando a citação ou a intimação for eletrônica;

VI - a data de juntada do comunicado de que trata o art. 232 ou, não havendo esse, a data de juntada da carta aos autos de origem devidamente cumprida, quando a citação ou a intimação se realizar em cumprimento de carta;

VII - a data de publicação, quando a intimação se der pelo Diário da Justiça impresso ou eletrônico;

VIII - o dia da carga, quando a intimação se der por meio da retirada dos autos, em carga, do cartório ou da secretaria.

989, inciso I, do CPC, dispõe que o relator, ao despachar a inicial, irá solicitar esclarecimentos da autoridade que praticou o ato impugnado, sendo que a autoridade poderá ser de órgão legislativo, executivo ou judiciário.

Além de o beneficiário ter a oportunidade de apresentar sua contestação, o art. 990, do Código de Processo Civil<sup>21</sup> dispõe que qualquer interessado na causa poderá impugnar o pedido do reclamante, sendo que este interessado não se confunde com a pessoa do beneficiário tampouco com a autoridade que determinou o ato reclamado, mas sim qualquer pessoa que tenha sido atingida juridicamente pelo ato objeto da reclamação (THEODORO JUNIOR, 2016, p. 939).

Em relação à competência para julgamento, anteriormente à vigência do CPC/2015, era tão somente dos tribunais superiores, pois a CRFB/2018 fora específica quando expôs que a reclamação poderia ser arguida somente para garantir as decisões dos tribunais superiores, ou seja, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça (DAL MONTE, 2016, p; 77).

Veja-se, neste sentido, as palavras de Moraes (2015, p. 35):

Afinal, em face de redação original do texto constitucional, firmou-se o entendimento de que a reclamação seria um remédio de proteção da competência do STF e do STJ e de garantia da autoridade de suas decisões. E mais, consolidou-se o entendimento de que não seria possível o seu manejo perante os Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunais de Justiça do Distrito Federal e dos Estados.

Observa-se assim que a competência da reclamação estava, até a entrada em vigor do CPC/15, estritamente relacionada com o último grau de jurisdição, a fim de preservar as decisões proferidas por tribunais superiores. Entretanto, o Código de Processo Civil de 2015 inovou regulamentando o procedimento da reclamação, nos artigos 988 e seguintes, atribuindo competência a qualquer tribunal para processar e julgar a reclamação, a fim de assegurar a isonomia jurídica e força vinculante das suas decisões.

Havendo, assim, a procedência da reclamação, os artigos 992 e 993, ambos do Código de Processo Civil<sup>22</sup> determinam que “o tribunal cassará a decisão exorbitante de seu julgado ou determinará medida adequada à solução da

---

<sup>21</sup> Art. 990. Qualquer interessado poderá impugnar o pedido do reclamante.

<sup>22</sup> Art. 992. Julgando procedente a reclamação, o tribunal cassará a decisão exorbitante de seu julgado ou determinará medida adequada à solução da controvérsia.

Art. 993. O presidente do tribunal determinará o imediato cumprimento da decisão, lavrando-se o acórdão posteriormente.

controvérsia”, sendo que “o presidente do tribunal determinará o imediato cumprimento da decisão, lavrando-se o acórdão posteriormente” (THEODORO JÚNIOR, 2016, p. 939-940).

Segundo Bueno (2016, p. 659), não se pode interpretar literalmente a disposição dos artigos 992 e 993, de modo que o cumprimento imediato da decisão proferida pelo Tribunal se dá em razão da força vinculante garantida pelo art. 927, do Código de Processo Civil<sup>23</sup>, onde se busca a uniformização dos atos judiciais e garantia de segurança jurídica.

O cumprimento imediato da decisão impede que o órgão inferior se manifeste quanto ao ato cassado, seja por ausência de competência ou porque o mérito já fora julgado pelo tribunal competente, sem lacunas para discussão devendo o órgão apenas cumprir a decisão do tribunal, possibilitando a lavratura posterior do acórdão (OLIVEIRA, 2016, p. 311).

Consoante ensinamento de Wambier e Talamini (2016, p. 775) se buscará a reclamação para garantir a autoridade da força vinculante em sentido estrito das decisões, entre elas as decisões proferidas nos incidentes de resolução de demandas e incidentes de assunção de competência, hipóteses estas incluídas pelo CPC/2015, as quais se estudará com mais profundidade no capítulo seguinte.

---

<sup>23</sup>Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

II - os enunciados de súmula vinculante;

III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;

V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

### 3 OS INCIDENTES VINCULANTES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O CPC/2015 incluiu em seu texto o procedimento da Reclamação, atribuindo a competência para o julgamento para qualquer tribunal do país, bem como estendeu as hipóteses de cabimento para a observância das teses fixadas em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e no Incidente de Assunção de Competência, mecanismos estes regulamentados pelo atual código processual, consolidando assim os precedentes vinculantes para aplicação do direito.

Como se sabe, a tradição do ordenamento jurídico brasileiro tem suas bases no *civil law*, em que a fonte principal do direito é a lei, conferindo ao magistrado o método interpretativo para a aplicação da norma no direito posto, o que pode gerar decisões divergentes, já que a interpretação de um juiz pode ser totalmente contrária ao entendimento do outro magistrado (SERRA JÚNIOR, 2017, p. 132).

Por meio do *civil law*, aparentemente, a tarefa do magistrado na aplicação da lei seria simples, pois parte-se do pressuposto de que a norma é clara e completa, onde todos os conflitos postos ao juiz poderiam ser solucionados pela lei. Em casos excepcionais, a questão deve ser apresentada ao legislativo para uma interpretação autorizada (MARINONI, 2010, p. 58-9).

Todavia, a garantia de acesso ao Poder Judiciário para a efetividade do Estado Democrático de Direito tem gerado o aumento excessivo dos processos e recursos em trâmite. O excesso da judicialização provoca a insegurança jurídica entre os jurisdicionados em razão das interpretações diversas pelos magistrados ou tribunais, ocasionando decisões diferentes acerca da mesma situação fática e jurídica (WAMBIER; TALAMINI, 2016, p. 715).

Com o número elevado de processos judiciais tramitando no Poder Judiciário bem como em razão das disparidades nas decisões judiciais, sentiu-se a necessidade de aproximação da jurisdição brasileira ao direito jurisprudencial do *commom law*, alcançando assim a celeridade, a isonomia e a segurança jurídica (BREITENBACH, 2016, p. 46).

Buscando a estabilidade e uniformização da jurisprudência, o CPC/2015, além da previsão do art. 926, onde prescreve que a jurisprudência deve-se manter estável, íntegra e coerente, incluiu em seu texto incidentes com a finalidade de assegurar a isonomia e segurança jurídica, quais sejam: o Incidente de Resolução

de Demandas Repetitivas e o Incidente de Assunção de Competência. O primeiro cabível quando houver repetidos processos com idêntica questão jurídica, e o segundo, no caso de competência para julgamento de recurso, remessa necessária ou processo de competência originária do tribunal que envolva relevante questão de direito com repercussão social (WAMBIER; TALAMINI, 2016, p. 716).

Com o advento do CPC/2015 garantiu-se a possibilidade de uniformização da jurisprudência e dos precedentes também perante os tribunais de segundo grau, não sendo necessário percorrer todo o sistema judiciário até os tribunais superiores para garantir a segurança jurídica, “tornando desnecessário o sistemático recurso aos Tribunais Superiores, cujos julgados, segundo se entende, devem atender fundamentalmente muito mais relevância do tema, e não se preocupar somente em conferir uniformidade para questões massificadas” (OLIVEIRA, 2015, p. 27).

Observa-se que segundo Mandelli (2015, p. 16), o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas não é impedimento ao ajuizamento de novas ações, com vistas a diminuição da carga do Poder Judiciário, uma vez que para a aplicação da tese no direito individual a parte terá que promover a demanda, entretanto, terá em seu favor a tese fixada no incidente, capaz de uniformizar a jurisprudência.

Na mesma linha, Oliveira (2015, p. 246) expõe que o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas não impede a propositura da ação em que a questão de direito seja a mesma, mas sim que o julgamento das ações que venham a ser propostas seja célere e que atenda ao entendimento da tese firmada, devendo o magistrado analisar cada caso ao aplicar a tese fixada no incidente.

A regulamentação destes institutos pelo CPC/2015 não se deu tão somente para diminuir o número das demandas e recursos do Poder Judiciário, mas, especialmente, para eliminar as divergências da jurisprudência acerca da mesma questão jurídica, o que infringe a isonomia e segurança jurídica (OLIVEIRA, 2015, p. 22-3). Assim, conforme Mendes e Temer (2016, p. 315), os mecanismos regulamentados pelo CPC/15 são utilizados para que os julgamentos individuais respeitem o equilíbrio na prestação jurisdicional, por meio de técnicas céleres e efetivas.

### 3.1 O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas possui natureza jurídica de incidente processual, julgado com base em um processo-modelo, ou seja, não haverá o julgamento de cada uma das causas em que há a controvérsia, mas sim um único julgado que será aplicado aos demais processos com questão jurídica semelhante (MENDES; TEMER, 2016, p. 318).

Tratando-se de incidente processual, este terá origem no curso de um processo judicial, conforme o Enunciado 344 do FPPC<sup>24</sup>, sendo que a decisão exarada pelo tribunal servirá para extirpar a divergência jurisprudencial acerca da controvérsia, havendo assim conexão entre o julgamento da demanda específica e a questão decidida no incidente (OLIVEIRA, 2015, p. 53).

Segundo Oliveira (2015, p. 55), quando do julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas são analisadas as questões fáticas e jurídicas de forma objetiva, formando assim a tese que será aplicada não apenas na demanda que lhe deu origem, como também aos demais processos em trâmite com questão jurídica idêntica, e aos casos futuros que venham tramitar no território de jurisdição do tribunal.

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas tem a finalidade de uniformizar a jurisprudência, sendo que a tese de direito aplicável pelo tribunal no caso modelo gerará efeitos às diversas demandas que versem acerca da mesma questão jurídica, garantindo assim tratamento isonômico aos demandantes, sendo este mecanismo de caráter coletivo (THEODORO JÚNIOR, 2016, p. 913)

Theodoro Júnior (idem) ensina ainda que o caráter coletivo do IRDR não está relacionado com as ações coletivas, em que o substituto processual busca um único provimento judicial para direitos individuais de todos os interessados. No caso do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, o julgamento das demandas em que a tese será aplicável se fará de forma individual, pelo juízo competente de cada demanda, vez que os processos permanecerão suspensos até a fixação da tese do caso modelo pelo tribunal.

---

<sup>24</sup> A instauração do incidente pressupõe a existência de processo pendente no respectivo tribunal.



O § 1º, do art. 976, do CPC<sup>25</sup> dispõe acerca da possibilidade de prosseguimento e julgamento do incidente ainda que a parte venha desistir ou abandonar o processo. Tal previsão se dá em razão do objetivo coletivo do IRDR, qual seja, a uniformização da jurisprudência, não se tratando de mero direito individual, mas sim instrumento que visa a garantia de princípios fundamentais do processo. Ainda, havendo a desistência da parte, dispõe a segunda parte do § 2º<sup>26</sup> que caberá ao Ministério Público a titularidade da demanda (THEODORO JÚNIOR, 2016, p. 919).

O art. 977<sup>27</sup> prevê os legitimados para requerer a instauração do IRDR. Tramitando o processo em primeiro grau de jurisdição, o juiz singular poderá instaurar o procedimento; estando em grau de recurso, a competência será do relator do recurso no tribunal, sendo que em ambos os casos a instauração se dará de ofício. No caso de pedido pelas partes, este será feito por meio de petição, em qualquer grau do processo, podendo a iniciativa ser de apenas uma das partes. E por fim, caberá também ao Ministério Público, na função de fiscal da ordem jurídica, e à Defensoria Pública provocar a instauração do IRDR (THEODORO JÚNIOR, 2016, p. 918).

O IRDR será endereçado ao presidente do tribunal competente em que esteja tramitando o processo, sendo o julgamento de competência do “órgão indicado pelo regimento interno dentre aqueles responsáveis pela uniformização de jurisprudência do tribunal”, nos termos do art. 978, do CPC. O respectivo órgão julgará tão somente a tese a ser aplicada aos processos suspensos, porém, sendo o processo de competência do tribunal, caberá ao órgão colegiado o julgamento do processo com base na tese fixada, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 978<sup>28</sup> (THEODORO JÚNIOR, 2016, p. 920).

Em relação às hipóteses de cabimento, o IRDR será instaurado sempre que houver “*efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a*

---

<sup>25</sup>§ 1º A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente.

<sup>26</sup>§ 2º Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.

<sup>27</sup>Art. 977. O pedido de instauração do incidente será dirigido ao presidente de tribunal:

I - pelo juiz ou relator, por ofício;

II - pelas partes, por petição;

III - pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição.

<sup>28</sup>Parágrafo único. O órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica julgará igualmente o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente.

*mesma questão unicamente de direito*” bem como “*risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica*”, como enuncia o art. 976, e incisos, do CPC. A finalidade do incidente é que os casos idênticos, em que a controvérsia é predominantemente de direito, tenham a mesma resolução, respeitando assim a isonomia e segurança jurídica, como é o caso dos recursos extraordinários e especiais repetitivos, previstos no art. 928, do CPC<sup>29</sup> (BUENO, 2016, p. 637).

Para Oliveira (2015, p. 108) os requisitos do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas são divididos entre quantitativos, com a efetiva repetição de processos homogêneos com idêntica questão de direito, e qualitativos, de modo que a controvérsia seja interpretativa, real e concreta, com consecutivas divergências acerca da questão jurídica a ponto de colocar em risco a isonomia e a segurança jurídica, requisitos estes que devem estar presentes concomitantemente para que o incidente seja admitido perante o tribunal.

Oliveira (idem, p. 112) pondera ainda que o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas não se presta a preservar os direitos coletivos e difusos, já que estes possuem sujeitos indeterminados e objetos indivisíveis, sendo assegurados por meio de Ação Civil Pública, onde a legitimidade pertence a entes específicos; já o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, poderá ser suscitado de ofício pelo juiz ou relator, ou até pelas próprias partes. Neste ponto, observa-se ainda que a atuação do Ministério Público no IRDR se dá como fiscal da ordem jurídica, ao contrário da Ação Civil Pública, onde atuará como substituto processual na defesa dos interesses coletivos e difusos.

Assim, em petição fundamentada ou por meio de ofício, os legitimados do art. 977, do CPC, suscitarão o incidente, sendo imprescindível que apresentem todos os documentos necessários para a instrução do feito, conforme prescreve o parágrafo único<sup>30</sup> do referido artigo.

Com a distribuição do incidente, caberá ao órgão colegiado realizar o exame de admissibilidade do feito a fim de averiguar a presença simultânea dos

---

<sup>29</sup>Art. 928. Para os fins deste Código, considera-se julgamento de casos repetitivos a decisão proferida em:

I - incidente de resolução de demandas repetitivas;

II - recursos especial e extraordinário repetitivos.

<sup>30</sup>Parágrafo único. O ofício ou a petição será instruído com os documentos necessários à demonstração do preenchimento dos pressupostos para a instauração do incidente.

requisitos do art. 976, nos termos do art. 981, do CPC<sup>31</sup>. Nota-se que a decisão de admissão do incidente deve ser feita pelo órgão colegiado, não bastando a decisão monocrática pelo relator, que deverá tomar as medidas do art. 982<sup>32</sup> (BUENO, 2016, p. 639).

Neste sentido é também o Enunciado 91 do FPPC: “Cabe ao órgão colegiado realizar o juízo de admissibilidade do incidente de resolução de demandas repetitivas, sendo vedada a decisão monocrática”. (Grupo: Recursos Extraordinários e Incidente de Resolução de Demanda Repetitivas).

Bueno (2016, p. 640) ensina ainda acerca das hipóteses de inadmissão do incidente, estabelecidas nos §§ 3º e 4º do art. 976, do CPC<sup>33</sup>. A previsão do § 3º prevê que, sanada a condição que deu causa à inadmissibilidade poderá o incidente ser instaurado novamente, em respeito ainda ao art. 486, *caput* e § 1º<sup>34</sup>. Em relação ao § 4º ocorrerá quando a matéria já estiver sendo discutida nos tribunais superiores, sendo desnecessário e ineficaz o processamento do incidente perante o tribunal local.

Superadas as hipóteses de inadmissão, o relator tomará as medidas do art. 982, do CPC, em especial a do inciso I, que dispõe acerca da suspensão dos processos individuais e coletivos que tramitam no Estado ou na região, que deve ser comunicada aos órgãos jurisdicionais competentes, conforme § 1º, do art. 982<sup>35</sup>, sendo observado o § 2º que se refere ao caso de pedido de tutela de urgência, que será dirigido ao juízo de origem, perante o qual tramita o processo suspenso, respeitando assim o inciso XXXV, do art. 5º, da CRFB/88 (idem, p. 641).

---

<sup>31</sup> Art. 981. Após a distribuição, o órgão colegiado competente para julgar o incidente procederá ao seu juízo de admissibilidade, considerando a presença dos pressupostos do art. 976.

<sup>32</sup> Art. 982. Admitido o incidente, o relator:

I - suspenderá os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, conforme o caso;

II - poderá requisitar informações a órgãos em cujo juízo tramita processo no qual se discute o objeto do incidente, que as prestarão no prazo de 15 (quinze) dias;

III - intimará o Ministério Público para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias.

<sup>33</sup> § 3º A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade não impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado.

§ 4º É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.

<sup>34</sup> Art. 486. O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.

§ 1º No caso de extinção em razão de litispendência e nos casos dos incisos I, IV, VI e VII do art. 485, a propositura da nova ação depende da correção do vício que levou à sentença sem resolução do mérito.

<sup>35</sup> § 1º A suspensão será comunicada aos órgãos jurisdicionais competentes.

Os §§ 3º e 4º, do art. 982<sup>36</sup>, dispõem ainda sobre a possibilidade de requerer a suspensão de todos os processos individuais em território nacional que discutam acerca da mesma questão jurídica. O requerimento é feito perante os tribunais superiores com o objetivo de garantir a segurança jurídica. Em relação ao § 4º, explica Bueno: “o jurisdicionado de Vitória pode requerer, perante o STJ, a suspensão de todos os processos em trâmite em território nacional, mesmo que o incidente tenha sido instaurado pelo TJSP, porque a tese jurídica é coincidente com aquele que justificou a formação do incidente perante o Tribunal paulista” (BUENO, 2016, p. 642).

Bueno (idem) discute ainda sobre a aplicabilidade do § 5º<sup>37</sup>, pois a suspensão do incidente se dá em nível estadual ou regional, não sendo necessária a eficácia em todo o território nacional, já que o IRDR é suscitado perante o tribunal local. Assim, entende o autor que o § 5º deve ser entendido sob a perspectiva do § 3º.

Ainda, da análise do art. 980, do CPC, verifica-se a previsão do prazo de um ano para que o incidente seja julgado, inclusive com preferência, sendo que ultrapassado o prazo, cessará a suspensão, salvo decisão fundamentada do relator, disposição esta prevista no parágrafo único do referido artigo, visto que não seria viável suspender os processos em trâmite se não houvesse julgamento do incidente (BUENO, 2016, p. 649).

### 3.2 O INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA

O Incidente de Assunção de Competência, previsto no art. 947, do CPC<sup>38</sup>, será cabível nos casos em que houver relevante questão social, onde o órgão fracionário provocará o órgão colegiado, conforme previsto no Regimento Interno do

---

<sup>36</sup>§ 3º Visando à garantia da segurança jurídica, qualquer legitimado mencionado no art. 977, incisos II e III, poderá requerer, ao tribunal competente para conhecer do recurso extraordinário ou especial, a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional que versem sobre a questão objeto do incidente já instaurado.

§ 4º Independentemente dos limites da competência territorial, a parte no processo em curso no qual se discuta a mesma questão objeto do incidente é legitimada para requerer a providência prevista no § 3º deste artigo.

<sup>37</sup>§ 5º Cessa a suspensão a que se refere o inciso I do caput deste artigo se não for interposto recurso especial ou recurso extraordinário contra a decisão proferida no incidente.

<sup>38</sup>Art. 947. É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.

Tribunal para a uniformização da jurisprudência, para que realize o julgamento daquela questão, a fim de garantir a uniformização da jurisprudência, vez que poderá haver divergências entre os órgãos internos do respectivo tribunal, sendo assim trata-se de procedimento que visa a observância do princípio da segurança jurídica (THEODORO JÚNIOR, 2016, p. 810).

Observa-se que o Incidente de Assunção de Competência já era regulamentado pelo CPC/73, em seu art. 555, § 1º. Entretanto, o CPC/2015 dedicou capítulo especial, destacando o procedimento, que ganha forças para sua aplicação, não somente pelos Tribunais Superiores, como também perante os tribunais locais (BUENO, 2016, p. 614).

Theodoro Júnior (2016, p. 811) ensina ainda que apesar de possuir o mesmo objetivo, qual seja a uniformização da jurisprudência, o Incidente de Assunção de Competência não se confunde com o IRDR, visto que aquele possui caráter preventivo, ausente a pluralidade de contradição entre os julgados; diferente do IRDR que, para sua instauração, exige a presença de risco à isonomia jurídica.

Também entende Bueno (2016, p. 615) acerca do caráter preventivo associado ao IAC, pois o julgamento de relevante questão de direito pelo órgão colegiado prevenirá a ocorrência de divergência jurisprudencial pelos órgãos internos do respectivo tribunal, de modo que não está relacionado dentre as técnicas de julgamentos repetitivos estabelecidos no art. 928<sup>39</sup>.

A iniciativa do Incidente de Assunção de Competência caberá ao relator do processo no tribunal, de ofício ou a requerimento da parte, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, de acordo com o § 1º, do art. 947, do CPC<sup>40</sup>. Após o requerimento, o órgão colegiado irá analisar a existência de interesse público, e, reconhecendo, realizará o julgamento do recurso, remessa necessária ou processo de competência originária pendente de julgamento, conforme o § 2º, do art. 947<sup>41</sup> (THEODORO JÚNIOR, 2016, p. 812).

---

<sup>39</sup> Art. 928. Para os fins deste Código, considera-se julgamento de casos repetitivos a decisão proferida em:

I - incidente de resolução de demandas repetitivas;

II - recursos especial e extraordinário repetitivos.

<sup>40</sup> § 1º Ocorrendo a hipótese de assunção de competência, o relator proporá, de ofício ou a requerimento da parte, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, que seja o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária julgado pelo órgão colegiado que o regimento indicar.

<sup>41</sup> § 2º O órgão colegiado julgará o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária se reconhecer interesse público na assunção de competência.

Segundo Bueno (2016, p. 615) o julgamento do órgão colegiado é feito em concreto, resolvendo assim a demanda cuja discussão requeira a assunção de competência, não servindo apenas para fixação da tese relativa a relevante questão, assim como ocorre no IRDR, onde além da fixação da tese, haverá o julgamento do recurso, remessa necessária ou processo de competência, tal como dispõe o art. 978, parágrafo único do CPC/15 (idem, p. 645).

Em relação à legitimidade do Ministério Público e da Defensoria pública, para Bueno (2016, p. 616) tanto no incidente de assunção de competência como no IRDR deve ser entendida de forma ampla, de modo que atuem quando forem partes do processo e, no caso do Ministério Público, quando atua como fiscal da ordem jurídica, e quanto à Defensoria Pública, sua atuação também decorre de sua função institucional, como curador especial e na representação dos hipossuficientes.

O Incidente de Assunção de Competência será suscitado pelo órgão fracionário do tribunal quando do julgamento de recurso, remessa necessária e processo de competência originária, para análise pelo órgão colegiado com competência para uniformizar a jurisprudência, sendo requisitos de admissibilidade o reconhecimento de relevante questão de direito, com grande repercussão social, conforme art. 947, do CPC (idem, p. 615).

Segundo Didier Jr. e Cunha (2016, p. 664), o julgamento pelo órgão colegiado de relevante questão de direito com repercussão geral tem como finalidade o aprofundamento da matéria, evitando a divergência jurisprudencial entre os órgãos fracionários do Tribunal, firmando assim precedentes, tanto em direito material como processual, sendo requisito que a matéria objeto do incidente possua relevância com repercussão social.

Para que o incidente de assunção de competência seja recebido pelo órgão colegiado com a finalidade de prevenir a divergência, é necessária a presença cumulativa de seus requisitos, não bastando que se trate de recurso, remessa necessária ou de competência originária, mas que esses procedimentos tenham como matéria questão de direito relevante, com grande repercussão social, e sem múltiplos processos, diante do caráter preventivo deste incidente (THEODORO JÚNIOR, 2016, p. 811).

### 3.3 O CARÁTER VINCULANTE DAS TESES FIXADAS NOS INCIDENTES

Considerando suas peculiaridades, o julgamento de IRDR e do IAC buscam o respeito à isonomia e segurança jurídica, por meio da uniformização da jurisprudência, tendo em vista que o elevado número de demandas judiciais tem aumentado as divergências no Poder Judiciário, estabelecendo-se o risco à igualdade jurídica. Assim, o CPC/2015 trouxe em seu texto a força vinculante das teses firmadas no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e dos acórdãos proferidos em sede de Incidente de Assunção de Competência.

Nos termos do art. 985<sup>42</sup> e incisos, do CPC, a tese jurídica fixada no IRDR será aplicada em toda a competência territorial do respectivo tribunal, tanto aos processos cujo trâmite é contemporâneo ao incidente como também àqueles casos futuros com mesma questão de direito. Não observada a tese fixada no incidente caberá reclamação, conforme o § 1º, do referido artigo (THEODORO JÚNIOR, 2016, p. 925).

Wambier e Talamini (2016, p. 350) expõe que a tese jurídica fixada no IRDR será aplicada tanto aos processos individuais quanto os coletivos, bem como nas causas em trâmite perante os juizados especiais limitando-se ao território do tribunal, ressalvada a hipótese de o julgamento se dar pelos tribunais superiores, quando a vinculação se dará em âmbito nacional.

Observa-se que poderá ocorrer ainda a revisão da tese, tal como dispõe o art. 986<sup>43</sup>, do CPC, estando os casos futuros sujeitos a decisão proferida na revisão da tese (BUENO, 2016, p. 647). Bueno explica ainda ser importante a possibilidade de revisão da tese, já que circunstâncias supervenientes, como a edição de lei, pode intervir diretamente no entendimento da tese fixada pelo incidente. (idem, p. 650).

Tratando-se do Incidente de Assunção de Competência, o acórdão proferido terá efeito vinculante conforme dispõe o § 3º, do art. 947, do CPC<sup>44</sup>,

---

<sup>42</sup> Art. 985. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada:

I - a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região;

II - aos casos futuros que versem idêntica questão de direito e que venham a tramitar no território de competência do tribunal, salvo revisão na forma do art. 986.

<sup>43</sup> Art. 986. A revisão da tese jurídica firmada no incidente far-se-á pelo mesmo tribunal, de ofício ou mediante requerimento dos legitimados mencionados no art. 977, inciso III.

<sup>44</sup> § 3º O acórdão proferido em assunção de competência vinculará todos os juízes e órgãos fracionários, exceto se houver revisão de tese.

vinculando assim os órgãos fracionários ao cumprimento do acórdão proferido pelo órgão colegiado, salvo se ocorrer sua revisão, sendo cabível a propositura da reclamação para a observância do incidente na competência do respectivo tribunal, de acordo com o art. 988, inciso IV, do CPC (BUENO, 2016, p. 616).

Do julgamento de mérito do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas poderá a parte interessada interpor recurso extraordinário ou especial, nos termos do art. 987, do CPC<sup>45</sup>, pressupondo assim que o incidente seja uma causa, já que para os recursos aos tribunais superiores se faz necessário tratar-se de causa decidida em única ou última instância (idem, p. 651).

Entendem Didier Jr. e Cunha (2016, p. 669) que o art. 987, por tratar dos precedentes obrigatórios, aplica-se também ao Incidente de Assunção de Competência para a interposição de recurso extraordinário ou especial do acórdão proferido no IAC, para resguardar a eficácia do julgamento do STF ou do STJ em todo o território nacional, não sendo aplicável, todavia, o efeito suspensivo ao IAC, vez que este é regra dos recursos repetitivos.

Quando da interposição do recurso extraordinário ou especial no IRDR, serão estes, excepcionalmente, dotados de efeito suspensivo, a teor do § 1º, do art. 987, e no caso do recurso extraordinário, é presumida *a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida*. Realizado o julgamento do recurso, dispõe o § 2º que *a tese jurídica adotada pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça será aplicada no território nacional a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito* (BUENO, 2016, p. 653).

Da análise do CPC/2015 é possível verificar a importância dada às teses fixadas pelos incidentes, como por exemplo, a previsão para a improcedência liminar do pedido, estabelecidas no art. 332, em especial inciso III, do CPC<sup>46</sup>; para a negativa de provimento de recurso que contrariar a tese, conforme art. 932, inciso

---

<sup>45</sup> Art. 987. Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso.

<sup>46</sup> Art. 332. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:

I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;



IV, alínea “c”<sup>47</sup>, além de que as ações que tenham por objeto as teses não estarão vinculadas à remessa necessária<sup>48</sup> (WAMBIER; TALAMINI, 2016, p. 731).

Até o advento do CPC/2015, as hipóteses de vinculação eram previstas somente na CRFB/88, nas ações do controle de constitucionalidade realizado pelo STF. Entretanto, tendo em vista que o CPC/15 buscou preservar a isonomia e a segurança jurídica, com a uniformização da jurisprudência, estenderam-se os efeitos vinculantes aos recursos especiais e extraordinários repetitivos, e aos incidentes, de resolução de demandas repetitivas e de assunção de competência (idem, 698).

Segundo Bueno (2016, p. 947), o CPC/15 não previu expressamente o caráter vinculante ao Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, mas somente ao Incidente de Assunção de Competência, no § 3º, do art. 947.

Para Mendes e Temer (2016, p. 351) a força vinculante dos precedentes fixados no incidente está atrelada aos seus próprios objetivos da isonomia e segurança jurídica, assim como ocorre no julgamento dos recursos especiais e extraordinários repetitivos, não podendo, todavia, ser descartada a discussão acerca de a previsão de vinculação se dar por norma infraconstitucional.

Ainda, devem ser observadas as técnicas de distinção, onde o juízo não observará a tese vinculante fixada no incidente, levando em consideração que o julgamento daquele caso concreto não corresponde à idêntica questão de direito relativa à tese, tal como dispõe o enunciado 306, do FPPC<sup>49</sup> (SOUZA, 2018, p. 07).

A estipulação trazida pelo CPC/2015 no campo dos precedentes obrigatórios considera-se importante avanço para o direito brasileiro, visto que pretende dar mais eficácia às decisões e assim preservar a segurança jurídica aos

---

<sup>47</sup> Art. 932. Incumbe ao relator:

[...]

IV - negar provimento a recurso que for contrário a:

[...]

c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

<sup>48</sup> Art. 496. Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença:

[...]

§ 4o Também não se aplica o disposto neste artigo quando a sentença estiver fundada em:

[...]

III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.

<sup>49</sup> O precedente vinculante não será seguido quando o juiz ou tribunal distinguir o caso sob julgamento, demonstrando, fundamentadamente, tratar-se de situação particularizada por hipótese fática distinta, a impor solução jurídica diversa. (Grupo: Precedentes).

jurisdicionados, em razão do aumento das divergências jurisprudenciais na jurisdição do mesmo tribunal (MACEDO, 2016, p. 269).

Conforme visto, o CPC/2015 regulamentou novas hipóteses de mecanismos jurídicos com o objetivo de salvaguardar as decisões judiciais, garantindo, além da uniformização, a celeridade processual.

Assim, no capítulo seguinte verificar-se-á a Reclamação no CPC/2015, analisando os fundamentos e consequências de sua inclusão na norma infraconstitucional para a garantia dos princípios democráticos do Estado de Direito bem como a discussão acerca da constitucionalidade dessas hipóteses que foram reguladas por norma infraconstitucional, enquanto a competência seria outorgada à Constituição Federal.

## 4 A RECLAMAÇÃO EM FACE DAS DECISÕES PROFERIDAS EM IRDR E IAC À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Como demonstrado, o Código de Processo Civil de 2015 trouxe inovações com o objetivo de dar eficácia à segurança jurídica, estabelecendo assim mecanismos como o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e o Incidente de Assunção de Competência, sendo que as teses fixadas nestes incidentes terão caráter vinculante, de modo que a observância poderá ser efetivada por meio da reclamação (MORAES, 2015, p. 83).

O instituto da Reclamação no direito processual brasileiro já era objeto de polêmica mesmo antes do advento do Código de Processo Civil de 2015, e com a vigência do código elevaram-se as críticas de sua constitucionalidade, vez que o legislador infraconstitucional teria tratado de matéria de competência exclusiva da Constituição, inovando por meio de lei ordinária quando na verdade a alteração deveria se dar por Emenda Constitucional (CARVALHO, 2016, p. 58).

Entretanto, o atual código processual tem em sua essência a busca pela efetividade da atividade jurisdicional, vez que o Poder Judiciário vem enfrentando contingência de demandas homogêneas, estando sobrecarregado pela litigiosidade repetitiva da tradição do *civil law*, sendo que a novel legislação fortalece os precedentes obrigatórios aproximando-se da ideia do *commom law*. (FONSECA, 2015, p. 8-9).

Assim, analisar-se-á adiante as consequências da aplicação da Reclamação que, para resguardar os princípios constitucionais e processuais, poderá implicar em limitação à atividade dos magistrados, tudo em prol da aplicação dos precedentes vinculantes.

### 4.1 A RECLAMAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO PARA O ATENDIMENTO DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA

A segurança jurídica é princípio constitutivo do Estado de Direito, almejada tanto nos Estados do *civil law* como do *commom law* e presente em todas as áreas jurídicas. No caso do *civil law*, a segurança jurídica é garantida por meio da codificação de leis, onde o direito posto na norma seria completo, a contrário do

*commom law*, em que a segurança jurídica se dá por meio do respeito aos precedentes judiciais (BARBOZA, 2014, p. 234).

Para os países romano-germânicos, que faziam uso do *civil law* como fonte do direito, a certeza e segurança jurídica estaria na codificação da lei, impedindo o juiz de criar o direito, tarefa esta conferida apenas ao Poder Legislativo, sendo o papel do Judiciário aplicar o direito, na interpretação da norma (idem, p. 74-5).

Barboza (2014, p. 235) expõe que com a evolução dos direitos humanos e a adoção de direitos fundamentais decorrentes de constituições democráticas, como é o caso do Brasil desde a CRFB/1988, entende-se não ser possível a positivação prévia de todos os direitos humanos, confrontando assim a tradição do *civil law*, por se tratar de direitos abstratos, com aplicação conforme o caso concreto.

Além da discussão em relação aos direitos humanos e fundamentais, a insegurança jurídica está na inobservância da coerência e estabilidade entre os julgados dos tribunais, e mais ainda dos precedentes firmados pelos Tribunais Superiores, contrariando assim os dispositivos constitucionais, onde o Brasil, como Estado Democrático de Direito tem como princípio o respeito à segurança, igualdade e justiça entre os cidadãos (BARBOZA, 2014, p. 236).

Para Barboza (idem, p. 238) a insegurança jurídica estaria intimamente relacionada com a ausência de regulamentação quanto a aplicação dos precedentes dos Tribunais Superiores, ocasionando assim a litigiosidade dos processos judiciais e aumento das discussões judiciais.

Observa-se que a CRFB/1988 constitui como direito fundamental a isonomia e a segurança jurídica, conforme caput, do art. 5º<sup>50</sup>, e também seu inciso XXXVI<sup>51</sup>, sendo estes princípios também aplicados ao processo para a garantia de justiça no julgamento, ainda que não previsto expressamente no código processual (MARINONI, 2016, p. 517).

Aos operadores do direito é dada a função de aplicar os princípios constitucionais que norteiam o processo, disposição estabelecida no art. 1º, do

---

<sup>50</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

<sup>51</sup> A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

CPC<sup>52</sup>, código este que fortaleceu a segurança jurídica e estabilidade da jurisprudência por meio de precedentes vinculantes (SERRA JÚNIOR, 2017, p. 143). Barboza (2014, p. 237) expõe ainda que seja no *civil law* ou no *commom law*, os Tribunais devem fortalecer os precedentes para assegurar a estabilidade e a segurança jurídica.

Marinoni (2010, p. 126-7) entende que a previsibilidade está baseada na interpretação da norma, e não na literalidade, de modo que se alcançará a segurança jurídica por meio das decisões judiciais, fortalecendo assim a ideia do *commom law*, vez que a legislação e sua hiperinflação impedem a previsibilidade e a confiança no direito, sendo obstáculo para a segurança jurídica.

Não se quer dizer, entretanto, que as decisões judiciais são suficientes para a segurança jurídica, vez que podem fluir de interpretações diferentes. O que se busca, na verdade, é principalmente o respeito dos julgamentos do STF e do STJ, sendo que a inobservância está dentro destas cortes, inclusive, ocorrendo descaso também nos Tribunais Estaduais e Regionais Federais (MARINONI, 2010, p. 127-8).

Moraes (2015, p. 54-5) expõe que para diminuir as incoerências e instabilidades nos tribunais, o Poder Legislativo tem intensificado as produções normativas, entretanto, a previsão da reclamação no CPC/15 é instrumento eficaz para obter a mesma finalidade que buscam os legisladores, a segurança jurídica, seguindo ainda as transformações sociais.

Moraes (idem, p. 83) entende que, se tratando de uma sociedade pluralista, complexa e mutante, não é possível que a regulação das normas para garantia da segurança jurídica se dê exclusivamente pelo legislador. A insegurança jurídica não está somente nas normas, ela tem se evidenciado na contradição jurisprudência dos próprios tribunais superiores.

Marinoni (2010, p. 499) explica que, como mecanismo que visa salvaguardar a autoridade dos tribunais superiores é admitida a reclamação, demonstrando assim a obrigatoriedade de aplicação dos precedentes do STF e do STJ para garantir a segurança jurídica.

Observa-se que o CPC/2015 ampliou o cabimento da reclamação, atribuindo também aos tribunais estaduais e regionais a possibilidade de julgamento

---

<sup>52</sup>Art. 1º O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições deste Código.

da ação de reclamação, garantindo assim a igualdade na jurisprudência de todos os tribunais do país, cabendo ao Poder Judiciário o papel de colaborar com a atividade legislativa, proferindo assim decisões com caráter vinculante (MORAES, 2015, p. 84).

Neste sentido, destaca-se o julgado na Reclamação nº 34798, do Superior Tribunal de Justiça, de relatoria do ministro Luis Felipe Salomão, onde fora admitida para resguardo da segurança jurídica:

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR RECLAMAÇÃO. ADMISSIBILIDADE. ARTIGO 105, I, ALÍNEA "F", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NCPC, ARTS. 988 E SEQUENTES, RESOLUÇÃO STJ Nº 3/2016, ART. 196 DO REGIMENTO INTERNO DO TJDF. PRESERVAÇÃO DA AUTORIDADE DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELA CORTE SUPERIOR EM PRECEDENTES QUALIFICADOS - ENUNCIADOS DE SÚMULA, JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS E INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. COMPREENSÃO DA DISSONÂNCIA COM ENUNCIADO SUMULAR. INTERPRETAÇÃO LÓGICA E SISTEMÁTICA DO PERMISSIVO LEGAL (CPC, arts. 927, IV, 988, IV). PRESSUPOSTOS REALIZADOS. ALEGAÇÃO DE DISSONÂNCIA DO ENTENDIMENTO FIRMADO EM ENUNCIADO SUMULAR COM A TESE ENCAMPADA POR ACÓRDÃO DE TURMA RECURSAL. QUALIFICAÇÃO. FATOS CRIMINOSOS OCORRIDOS EM ESTACIONAMENTO PÚBLICO ADJACENTE AO CENTRO COMERCIAL PIER 21. ESTACIONAMENTO PÚBLICO E DE LIVRE ACESSO. UTILIZAÇÃO. OPÇÃO DOS CONSUMIDORES. RESPONSABILIZAÇÃO DO CENTRO COMERCIAL PELOS ILÍCITOS HAVIDOS NO AMBIENTE PÚBLICO. INVIABILIDADE. RESPONSABILIZAÇÃO AFIRMADO PELO ÓRGÃO RECURSAL. CONTRARIEDADE AO ENUNCIADO SUMULAR CONTIDO NA SÚMULA 130 DO STJ. QUALIFICAÇÃO. ACÓRDÃO. CASSAÇÃO. PEDIDO INDENIZATÓRIO. REJEIÇÃO. PRESERVAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA E AUTORIDADE DOS ENUNCIADOS EDITADOS PELA CORTE SUPERIOR. IMPERATIVIDADE. 1. **De conformidade com o novo estatuto processual, o instrumento extravagante da reclamação, que não consubstancia nova via recursal, encerra forma de controle de atuação jurisdicional excepcional destinado a velar pela segurança jurídica**, pela competência e autoridade das decisões dos tribunais e dos entendimentos jurídicos firmados em sede de precedentes qualificados, ou seja, que traduzem o entendimento firmado em sede de enunciados sumulares, julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência (CPC, art. 988; RITJDF, art. 196). [...] (BRASIL, 2017) (Grifou-se).

E ainda o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no julgamento da Reclamação nº 7788223:

**RECLAMAÇÃO. SEGURANÇA JURÍDICA.** DIREITO ADQUIRIDO. ATO JURÍDICO PERFEITO. COISA JULGADA. PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. RECLAMAÇÃO PROCEDENTE. 1 **A segurança jurídica é direito fundamental que nem a lei pode prejudicar consoante se depreende do inciso XXXVI, do artigo 5º da**

**Constituição Federal a privilegiar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. [...] (TJPR, 2012) (Grifou-se).**

No referido julgado, expôs o Desembargador Victor Martim Batschke:

Ora se tal orientação já não é a que impera no momento, não se pode negar que é a que prevaleceu, pois as partes se conformaram com a mesma, e nesta esteira **não se pode esquecer que a SEGURANÇA JURÍDICA já consta no Preâmbulo da Constituição, não se duvidando tal valor como um DIREITO FUNDAMENTAL exposto na cabeça do artigo 5º a garantir à segurança. Aliás, nem mesmo a lei pode atentar contra a SEGURANÇA JURÍDICA como se depreende do inciso XXXVI, do artigo 5º, ou seja, a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, preceitos estes, aliás, que já vêm dispostos no artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil. Ora, se nem a lei pode alterar tais preceitos, evidentemente que a decisão judicial -- objeto da reclamação -- também não.** Do contrário, que Segurança Jurídica se pode almejar todos no âmbito judicial. (Grifou-se).

Percebe-se assim que um dos objetivos da reclamação é a manutenção da segurança jurídica no sistema jurídico, sendo este preceito garantido pela CRFB/88 e fortalecido pelo CPC/15, que por meio da exigência de integridade, coerência e estabilidade da jurisprudência, visa a garantia da segurança jurídica.

Segundo Serra Júnior (2017, p. 144) os anseios da sociedade na busca pela segurança jurídica demonstram a aproximação ao sistema do *commom law*, onde a fonte do direito são os precedentes dos tribunais. Deve-se observar, entretanto, o poder discricionário que é dado ao magistrado na interpretação da norma, esta que não é absoluta, vez que poderá afrontar a segurança jurídica.

Assim, verificar-se-á no tópico seguinte o poder criativo do juiz frente à força dos precedentes vinculantes no Código de Processo Civil.

## 4.2 A OBSERVÂNCIA DAS TESES FIXADAS EM IRDR E IAC E O PODER CRIATIVO DOS JUÍZES

A cultura da jurisdição brasileira fora baseada no Civil Law, representada pela expressão juiz “boca da lei”, entretanto, com a transformação da sociedade a jurisprudência ganhou força no ordenamento jurídico, aproximando-se assim do modelo do *Commom Law*, pois não há como a lei abranger todos os conflitos que serão postos perante o magistrado (BERTAGNOLLI; BAGGIO, 2017, p. 165).

No passado a tarefa do magistrado seria tão somente encontrar uma lei a qual poderia aplicar ao caso concreto, onde ao juiz “boca da lei” não seria atribuída

liberdade de interpretação da norma, já que esta seria completa, ou seja, todos os casos em conflito estariam contemplados na norma (VILANDE, 2006, p. 15).

Igualmente, Marinoni (2016, p. 100) ensina que ao juiz caberia a aplicação de norma geral e preexistente, acreditando-se assim que a norma geral seria suficiente para que o juiz resolvesse qualquer caso, havendo a presunção de completude e coerência no ordenamento jurídico.

Com a transformação do Estado percebeu-se a inexistência de normas completas que abrangessem todo e qualquer caso, sendo necessária a atividade de interpretação e criação do juiz, vez que o cotidiano está repleto de situações com características específicas, situações estas que seguem a transformação da sociedade (VILANDE, 2006, p. 23).

Por meio da aplicação exata da lei com base na tradição do *civil law*, buscava-se a garantia de igualdade e segurança jurídica, pois sendo a norma suficiente, o juiz não teria espaço para interpretação da lei, devendo aplicar estritamente o texto legislativo (MARINONI, 2016, p. 144).

Todavia, em que pese a teoria do Estado Liberal defender a segurança jurídica por meio do juiz “boca da lei”, esta causa o efeito reverso pois não garante solução eficaz para as lacunas do direito, já que as normas não são completas, causando injustiças na aplicação da norma, não sendo tarefa do juiz somente aplicar a lei, mas sim criar o direito por meio de decisões proferidas em casos concretos. (VILANDE, 2006, p. 27-8).

Marinoni (2016, p. 103) explica que no Estado Constitucional a norma deve ser analisada sob o viés dos princípios constitucionais e fundamentais, a fim de melhor compreender-se o ordenamento jurídico. Há muito se perdeu a supremacia da lei, que não mais se reveste de perfeição para a atividade jurisdicional.

O poder criativo do juiz é característica pertinente à atividade jurisdicional, visto que ao realizar seus julgamentos o magistrado irá se deparar com casos específicos, que requerem análise própria e concreta, desvinculando-se de decisões prontas (RODRIGUES, 2016, p. 123).

Observa-se que a garantia de criação que é dada ao juiz não se confunde com parcialidade, vez que o magistrado irá julgar conforme a análise das provas e não segundo suas convicções pessoais (VILANDE, 2006, p. 31). Nesse mesmo entendimento, Capelleti ensina que embora o juiz tenha o poder discricionário de criação, não é dotado de total liberdade em suas ações:



De fato, o reconhecimento de que é intrínseco em todo ato de interpretação certo grau de criatividade – ou, o que vem a dar no mesmo, de um elemento de discricionariedade e assim de escolha –, não deve ser confundido com a afirmação de total liberdade do intérprete. Discricionariedade não quer dizer necessariamente arbitrariedade, e o juiz, embora inevitavelmente criador do direito, não é necessariamente um criador livre de vínculos (1999, p. 23).

Marinoni (2016, p. 145) expõe que tanto o *civil law* como o *commom law* buscam a segurança jurídica, seja por meio da aplicação estrita da lei, ou da força vinculante dos precedentes, respectivamente, sendo que a transformação da sociedade brasileira acabou por aproximar a jurisdição do *commom law*.

Assim, conforme visto no capítulo anterior, em determinados casos o juiz irá reservar suas próprias convicções acerca da demanda e aplicar as teses vinculantes, como é o caso do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e o Incidente de Assunção de Competência.

O CPC/2015 deu em seu texto ênfase à uniformização da jurisprudência e aos precedentes vinculantes. Para Marinoni (2016, p. 149), o destaque não se trata apenas de interpretação do direito, mas a importância dada às decisões com características de precedentes obrigatórios, a fim de fortalecer o ordenamento jurídico, demonstrando assim a cooperação entre os poderes legislativo e judiciário, de modo que “o legislador oferece textos ao juiz, que reconhece os seus significados possíveis, valorá-los argumentativamente e escolhe um desses significados para adscriver e reconstruir a norma”.

O efeito vinculante é uma forma de limitação no julgamento, sendo o precedente com caráter obrigatório, totalmente distinto da eficácia *erga omnes*, esta que decorre da obediência à coisa julgada (BERTAGNOLLI; BAGGIO, 2017, p. 171).

Breitenbach (2016, p. 102) entende não ser compatível com a ideia de estabilidade quando é dada autonomia ao magistrado, que julga conforme o seu livre convencimento ao invés de interpretar o caso como um todo, vez que aquele caso servirá como parâmetros para outros conflitos, sendo o precedente meio de restringir a interpretação do magistrado para a garantia dos princípios processuais.

Tourinho Neto (1995, p. 186) expõe acerca do elevado número de processos judiciais com trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, refletindo acerca da busca por justiça e celeridade no Poder Judiciário, e como será garantida a celeridade se juízes e tribunais inferiores proferem julgamentos contrariando a

decisão dos tribunais de cúpula, impondo assim a necessidade de interposição de recursos para que se tenha a reforma do julgado em conformidade com o entendimento do STF.

Tourinho Neto (idem) expôs ainda que a ideia de vinculação das decisões retiraria a liberdade e a criatividade nas decisões do juiz, o que não se acredita, já que não se pretende retirar a discricionariedade do magistrado, mas sim diminuir as divergências nos casos de precedentes vinculantes e assim preservar a autoridade e hierarquia dos tribunais, para assegurar a celeridade processual e segurança jurídica. Assim, expôs Tourinho Neto (idem, p. 187):

O efeito vinculante não será instrumento de entorpecimento jurídico. Os estudos não param. Aí estão os doutrinadores, os articulistas, os professores. As matérias são debatidas em congressos, em seminários, em palestras. Podem os juízes, apesar de julgarem com o Supremo, expor entendimento contrário, ressaltando seu ponto de vista.

Conforme já visto, o CPC/15 busca a isonomia e segurança jurídica nos processos judiciais, estes que possuem mais relevância do que o livre convencimento do juiz, já que pessoas com a mesma questão jurídica devem receber prestação jurisdicional isonômica, inexistindo caráter absoluto na liberdade do magistrado, que poderá ocasionar maiores instabilidades ao Poder Judiciário (CASTILHO, 2017, p. 315).

Observa-se, neste sentido, a exposição no voto-vista do ministro Teori Zavaski na Reclamação nº 4.335/AC:

Esse entendimento guarda fidelidade absoluta com o perfil institucional atribuído ao STF, na seara constitucional, e ao STJ, no domínio do direito federal, que têm entre as suas principais finalidades a de uniformização da jurisprudência, bem como a função, que se poderia denominar nomofilática – entendida a nomofilaquia no sentido que lhe atribuiu Calamandrei, destinada a aclarar e integrar o sistema normativo, propiciando-lhe uma aplicação uniforme –, funções essas com finalidades “que se entrelaçam e se iluminam reciprocamente” (Calamandrei, Piero. La Casación civil. trad. Santiago Sentis Melendo. Buenos pires: editorial bibliográfica argentina, 1945. t. ii. p. 104) e que têm como pressuposto lógico inafastável a força expansiva ultra partes dos seus precedentes. (BRASIL, 2014)

Assim, tendo em vista a relevância dada pelo CPC/15 aos princípios da isonomia e segurança jurídica para uniformização da jurisprudência, entende-se que não irá interferir na liberdade de criação do juiz, vez que não se fala em engessamento da jurisprudência, mas sim aplicação desta quando houver caso

concreto semelhante ou mesmo idêntico, capaz assim de reduzir a divergência dos entendimentos jurisprudenciais.

#### 4.3 A RELAÇÃO ENTRE AS NOVAS HIPÓTESES DE RECLAMAÇÃO TRAZIDAS PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL EM COMPARAÇÃO COM A COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL

Nos primórdios do instituto, a reclamação tinha como objeto a observância da autoridade das decisões proferidas pelo STF e pelo STJ, não se falava em preservar a jurisprudência dominante. Entretanto, com a Emenda Constitucional nº 45/2004, a reclamação seria também admitida para garantir a eficácia dos enunciados de súmula vinculante em matéria constitucional. Observa-se que o STF não avocará a competência para julgamento do mérito, mas sim para resguardar a aplicação da súmula vinculante, cassando a decisão judicial impugnada (CARVALHO, 2016, p. 61).

Todavia, o que irá se debater neste tópico, e objeto deste trabalho, são as hipóteses trazidas pelo CPC/15, tratando da reclamação não mais como medida constitucional, mas sim mecanismo geral, vez que ampliou as hipóteses de competência da reclamação para todo e qualquer tribunal (CARVALHO, 2016, p. 69).

Carvalho (idem, p. 69) expõe que o CPC/2015, ao tipificar as hipóteses de cabimento da reclamação, manteve aquelas já previstas no texto constitucional nos artigos 102, I, *l*, e 105, I, *f*, e art. 103-A, § 3º, todos da CRFB/1988, previstas nos incisos I a III, do art. 988<sup>53</sup>, do CPC, porém a inovação do texto diz respeito às hipóteses do inciso IV<sup>54</sup> bem como a possibilidade de julgamento por qualquer tribunal.

Segundo o entendimento de Lenza (2015, p. 08) não poderia legislação infraconstitucional prever novas hipóteses de efeito vinculante para cabimento da reclamação, esta que deveria ser realizada por meio de Emenda Constitucional, já

---

<sup>53</sup> Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III - garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.

<sup>54</sup> IV - garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;

que é o texto constitucional que adota o efeito vinculante no art. 102, § 2º<sup>55</sup> e art. 103-A<sup>56</sup>.

Em que pese a garantia da coerência e integridade concedida à jurisprudência bem como tratar-se de instrumento processual para a efetiva prestação jurisdicional, não poderia a norma infraconstitucional criar mecanismos com efeito vinculante para cabimento da reclamação, constituindo assim ilegalidade na condução da norma infraconstitucional.

Lenza (2015, p. 09) faz referência ainda ao voto do ministro Teori Zavaski, na Reclamação nº 4335, onde este expõe a necessidade de “interpretação estrita à reclamação constitucional, sob pena de transformar o STF em Corte de revisão, em órgão recursal, tendo em vista a criação de um inadmissível (porque inconstitucional) atalho processual [...]”.

Para Gouvêa (2016, p. 278) o texto da CRFB/88 foi completo ao prever as hipóteses de cabimento da reclamação perante o STF e o STJ, não havendo lacuna para complementação por meio de lei ordinária, ressalvada a hipótese da Emenda Constitucional nº 45/2004, que por mecanismo adequado, introduziu a súmula vinculante e consequente controle de sua aplicação pela reclamação.

Em contrapartida, Dal Monte (2016, p. 85-6) entende ser relevante a inovação regulamentada pelo inciso IV, do art. 988, do CPC, já que a observância aos precedentes obrigatórios garantirá a eficácia de princípios processuais como a segurança, igualdade e celeridade aos jurisdicionados que buscam uma atuação justa e isonômica.

Evidente a divergência entre os doutrinadores a respeito de atribuição de força vinculante por meio de lei ordinária, porém, para análise da discussão leva-se em consideração o entendimento do STF no julgamento da Reclamação nº 1.880<sup>57</sup>,

---

<sup>55</sup>§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

<sup>56</sup>Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

<sup>57</sup>EMENTA: QUESTÃO DE ORDEM. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. JULGAMENTO DE MÉRITO. PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 28 DA LEI 9868/99: CONSTITUCIONALIDADE. EFICÁCIA VINCULANTE DA DECISÃO. REFLEXOS. RECLAMAÇÃO.

onde reconheceu o efeito vinculante não somente para a ação declaratória, como também para as ações diretas (THEODORO JÚNIOR, 2016, p. 440).

Além do efeito vinculante, questiona-se também a constitucionalidade da ampliação da competência para julgamento da reclamação a qualquer tribunal, que originariamente era tão somente do STF e STJ. Carvalho (2016, p. 72) entende estar ausente condição de inconstitucionalidade quanto a esta previsão, já que o próprio STF, no julgamento da ADI nº 2.212<sup>58</sup> reconheceu a possibilidade de os Estados julgarem a reclamação, vez que inexistente qualquer vedação constitucional de julgamento da reclamação por outros tribunais.

Na mesma linha de pensamento Moraes (2015, p. 35-36) entende que não há restrição quanto ao julgamento por outros tribunais, visto que a Constituição Federal não delimitou especificamente a matéria, cabendo assim ao legislador infraconstitucional detalhar as peculiaridades deste instituto. Ainda, mesmo antes do CPC/15 já era cabível a Reclamação nos tribunais locais em razão da aplicação do princípio da simetria, em que as Constituições Estaduais se submetem simetricamente às matérias previstas na Constituição Federal, de forma que a previsão da norma processual garante mais celeridade e segurança jurídica no cumprimento de decisão com força vinculante.

Além da utilização da reclamação pelos tribunais estaduais por meio do princípio da simetria com a previsão nas Constituições Estaduais, o mecanismo era também utilizado pela análise da teoria dos poderes implícitos, esta que foi base para a criação da reclamação no ordenamento jurídico, sendo que a regulamentação da ampliação pelo CPC/15 fortaleceu a disposição do art. 926, do CPC para a efetivação da jurisprudência (DIDIER JR.; CUNHA, 2016, p. 538).

---

LEGITIMIDADE ATIVA. 1. É constitucional lei ordinária que define como de eficácia vinculante os julgamentos definitivos de mérito proferidos pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade (Lei 9868/99, artigo 28, parágrafo único). [...] 3. A eficácia vinculante da ação declaratória de constitucionalidade, fixada pelo § 2º do artigo 102 da Carta da República, não se distingue, em essência, dos efeitos das decisões de mérito proferidas nas ações diretas de inconstitucionalidade. [...] Reflexos processuais da eficácia vinculante do acórdão a ser preservado. 5. Apreciado o mérito da ADI 1662-SP (DJ de 30.08.01), está o Município legitimado para propor reclamação. Agravo regimental provido. (Rcl 1880 AgR, Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, julgado em 07/11/2002, DJ 19-03-2004 PP-00017 EMENT VOL-02144-02 PP-00284).  
<sup>58</sup> [...] Em consequência, a sua adoção pelo Estado-membro, pela via legislativa local, não implica em invasão da competência privativa da União para legislar sobre direito processual (art. 22, I da CF). [...] A adoção desse instrumento pelos Estados-membros, além de estar em sintonia com o princípio da simetria, está em consonância com o princípio da efetividade das decisões judiciais.

Para Carvalho (2016, p. 73) a previsão da reclamação no texto constitucional deu-se de forma genérica para tutelar a competência dos tribunais e garantir a autoridade de suas decisões, e por meio da EC nº 45/2004 a reclamação passou a ser utilizada também para garantir a autoridade de súmula vinculante, não sendo inconstitucional que o legislador processual amplie as hipóteses de cabimento, já que o objetivo é a prestação jurisdicional justa.

Assim, apesar dos entendimentos contrários à constitucionalidade da previsão regulamentada pela novel legislação processual, o atendimento aos princípios da isonomia e segurança jurídica traz legitimidade ao instituto, tanto para a propositura perante qualquer tribunal como para as hipóteses levantadas pelo CPC/15, visto que a reclamação será cabível tão somente para a aplicação das decisões com caráter vinculante.

## 5 CONCLUSÃO

De acordo com as exposições realizadas no decorrer deste trabalho, a Reclamação revelou-se como importante instrumento jurídico para a garantia da competência e autoridade de todo e qualquer tribunal, que deverá observar ainda os precedentes vinculantes, estes consolidados na legislação processual brasileira por meio do Código de Processo Civil de 2015 com a finalidade de estabilizar a jurisprudência e ratificar a segurança jurídica no Estado de Direito.

As inovações legislativas do CPC/2015 harmonizaram a atividade jurisdicional com o *commom law* fortificando a ideia de observância aos precedentes, vez que a jurisdição brasileira estava tradicionalmente relacionada com os comandos do *civil law*, aplicando o direito tão somente por meio de normas editadas pelo Poder Legislativo.

Sendo a reclamação o principal objeto de estudo deste trabalho, mediante análise das novas hipóteses de cabimento elencadas pelo CPC/2015, entende-se que a valorização da jurisprudência e dos precedentes vinculantes trará mais celeridade a atividade jurisdicional, assim como irá garantir a isonomia e segurança jurídica.

Importante observar que a própria Reclamação teve sua introdução no ordenamento jurídico por meio de entendimento jurisprudencial, especialmente do próprio Supremo Tribunal Federal, que entendeu de permitir aos Estados Membros o julgamento de reclamação para preservação de sua competência e autoridade de suas decisões, conforme entendimento da ADI nº 2.212.

Assim, o CPC/2015 regulamentou a competência de julgamento, dispondo que qualquer tribunal poderá realizar o julgamento da Reclamação, expandindo assim os limites constitucionais que originariamente reconhecia a competência somente aos tribunais superiores.

Além disso, quanto às novas hipóteses de cabimento, não haveria que se falar em infração à norma constitucional, pelo contrário, a disposição do Código Processual dá mais efetividade ao direito jurisprudencial para assegurar os princípios constitucionais e processuais, como a igualdade, segurança jurídica, previsibilidade e celeridade do processo.

O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e o Incidente de Assunção de Competência são mecanismos que visam a unificação do

entendimento na jurisdição do respectivo tribunal, seja por meio de causas homogêneas repetitivas ou por questão de relevante interesse com repercussão social, demonstrando assim que apenas em casos específicos serão cabíveis os incidentes.

Observa-se ainda que, como visto neste trabalho, a observância do magistrado quanto ao precedente não irá limitar seu livre convencimento, vez que esta garantia é dada somente ao precedente vinculante, que tem como objetivo a estabilidade e uniformização de matérias homogêneas, cabendo ao magistrado a tarefa de analisar se aquele precedente vinculante se aplica ao caso concreto em julgamento.

Assim, não se fala em banalização da Reclamação, que anteriormente era vista como medida excepcional, tampouco em infração às normas constitucionais, mas sim de importante ampliação do instituto no direito processual, aplicando-se aos casos em que seja necessária a observância de precedente vinculante com a finalidade de resguardar a segurança jurídica em todo o território nacional.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Renato de Oliveira. A reclamação constitucional no Supremo Tribunal Federal. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro**. Ano 2 (2013), nº 2. p. 837-862. Disponível em: <[http://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/02/2013\\_02\\_00837\\_00862.pdf](http://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/02/2013_02_00837_00862.pdf)>. Acesso em 28 out. 2018.

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz. **Precedentes judiciais e segurança jurídica: fundamentos e possibilidade para jurisdição constitucional brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2014. 304 p. (Produção científica: Direito Desenvolvimento Justiça).

BERTAGNOLLI, Ilana; BAGGIO, Andreza Cristina. Os precedentes vinculantes do novo código de processo civil e a aproximação entre *common law* e *civil law* no direito brasileiro. **Revista Ius Gentium**. Curitiba, vol. 8, n. 1, p. 162-181, jan./jun. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 29 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional n. 45, de 30 de dezembro de 2004**. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc45.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.html)>. Acesso em: 28 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015**. Institui o Novo Código de Processo Civil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)> Acesso em: 29 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.869, de 11 de Janeiro de 1973**. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5869impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869impressao.htm)> Acesso em: 28 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990**. Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8038.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8038.htm)> Acesso em: 29 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Reclamação nº 34798**. Rel. Min. Luis Felipe Salomão. Brasília. DJ 26-09-2017. Disponível em: < <http://www.stj.jus.br/SCON/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 2.212**. Rel. Min. Ellen Gracie. Brasília, DJ 02-10-2003. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 28 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Reclamação nº 141**. Rel. Min. Rocha Lagoa. Brasília, DJ 17-04-1952. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 28 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Reclamação nº 336**. Rel. Min. Celso de Mello. Brasília, DJ 05-03-1991. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 29 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Reclamação nº 3916**. Rel. Min. Carlos Britto. Brasília, DJ 12/06/2006. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 29 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Reclamação nº 4335**. Rel. Min. Gilmar Mendes. Brasília, DJ 20-03-2014. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em: 28 out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 734**. Não cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp>>. Acesso em 29 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Reclamação nº 7788223**. Rel. Des. Victor Martim Batschke. Paraná, DJ 03-07-2012, Disponível em: <<http://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

BREITENBACH, Fábio Gabriel. **A força vinculante dos precedentes no CPC/15: contributo para a racionalidade nas decisões judiciais**. 2016. 139 f. Dissertação (Pós Graduação em Direito) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2016.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**: volume único: inteiramente estruturado à luz no novo CPC de acordo com a Lei n. 13.256, de 4-2-2016. 2. ed. rev., atual. E ampl. São Paulo: Saraiva, 2016. 780 p.

CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes legisladores?**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1999. 134 p.

CARVALHO, Feliciano de. Reclamação (in)constitucional? Análise do novo Código de Processo Civil. **Revista de Informação Legislativa**: RIL. v. 53, n. 212, p. 57-79, out./dez. 2016. Disponível em: <[http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/212/ril\\_v53\\_n212\\_p57](http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/53/212/ril_v53_n212_p57)>. Acesso em 28 out. 2018.

CASTILHO, R. B. Análise procedimental em sede de IRDR, sua vinculação e a segurança jurídica. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais**. UNIPAR. Umuarama. v. 20, n. 2, p.311-329, jul./dez. 2017.

DAL MONTE, Douglas Anderson. Reclamação no novo CPC e garantia das decisões dos tribunais. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos; MIRANDA, Pedro Miranda. **Panorama atual do novo CPC**. Florianópolis. Empório do Direito, 2016, p. 77-90.

DANTAS, Marcelo Navarro Ribeiro. **Reclamação constitucional no direito Brasileiro**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2000. 543 p.

DIDIER Jr., Fredie (Coord.); MACÊDO, Lucas Buril de (Org.); PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. **Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais**. 2. ed. rev. e atual. Salvador, BA: JusPodivm, 2016. 1131 p.

DIDIER Jr., Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. **Curso de direito processual civil 3: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2016. 719 p.

FONSECA, Cristiane Reis. A reclamação constitucional no novo Código de Processo Civil: análise de possíveis implicações nos tribunais através da ampliação do uso do instituto. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015. 16 p. **Revista de Artigos Científicos dos Alunos da EMERJ**, v. 7, n. 2, 2015. Disponível em <[http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos\\_conclusao/2semestre2015/pdf/CristianeReisFonseca.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/2semestre2015/pdf/CristianeReisFonseca.pdf)>. Acesso em 29 out. 2018.

GONZÁLEZ, Rebeca Peixoto Leão Almeida. **A reclamação constitucional no direito brasileiro**. Conteúdo Jurídico, Brasília/DF: 18 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-reclamacao-constitucional-no-direito-brasileiro,51521.html>>. Acesso em: 28 out. 2018.

GOUVÊA, Luís Felipe Espindola. A inconstitucionalidade das novas hipóteses de reclamação previstas no novo CPC. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos; MIRANDA, Pedro Miranda. **Panorama atual do novo CPC**. Florianópolis. Emporio do Direito, 2016, p. 271-280.

LENZA, Pedro. **Reclamação constitucional**: Inconstitucionalidades do Novo CPC/2015. Consultor Jurídico. 13 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-mar-13/pedro-lenza-inconstitucionalidades-reclamacao-cpc>>. Acesso em 29 out. 2018.

MACEDO, André Puppim. **Reclamação constitucional: instrumento de garantia da efetividade dos julgados e da preservação da competência do Supremo Tribunal Federal**. 2007. 211 f. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MACEDO, Lucas Buril de. Reclamação Constitucional fundada em precedentes obrigatórios no CPC/15. In: DIDIER Jr., Fredie. **Processo nos Tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais**. Salvador, 2016. 2. ed. p. 269-291.

MANDELLI, Alexandre Grandi. O 'incidente de resolução de demandas repetitivas'. **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil (2010)**, São Paulo, SP, v. 13, n. 93, p. 9-29, fev. 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Precedentes obrigatórios**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 542 p.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel Francisco. **Novo curso de processo civil**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. V. 3. 636 p.

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; TEMER, Sofia. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil. In: DIDIER Jr., Fredie. **Processo nos Tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais**. Salvador, 2016. 2. ed. p. 313-357.

MORAES, José Magno Linhares. **A reclamação no novo Código de Processo Civil: um desafio entre a segurança jurídica e o poder criativo do julgador**. 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MORATO, Leonardo L. **Reclamação e sua aplicação para o respeito da súmula vinculante**. São Paulo: Ed. RT, 2007.

OLIVEIRA, Guilherme José Braz de. **Nova técnica de julgamento de casos repetitivos à luz do novo Código de Processo Civil: o incidente de resolução de demandas repetitivas**. 2015. 302 f. Tese. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Pedro Miranda de. Reclamação no CPC/2015 (com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.256/2016). In: DIDIER Jr., Fredie. **Processo nos Tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais**. Salvador, 2016. 2. ed. p. 293-311.

ORT, Daniel. **Fórum Permanente De Processualistas Cíveis (FPPC)**. São Paulo. 26 maio 2018. Disponível em: <[http://www.danielort.com.br/wp-content/uploads/2018/05/IX\\_Forum\\_Permanente\\_de\\_Processualistas\\_C.pdf](http://www.danielort.com.br/wp-content/uploads/2018/05/IX_Forum_Permanente_de_Processualistas_C.pdf)>. Acesso em: 03 dez. 2018.

PACHECO, José da Silva. **O Mandado de Segurança e Outras Ações Constitucionais Típicas**. São Paulo. Revista dos Tribunais. 1991. 472 p.

RODRIGUES, Adriane Bandeira. **A judicialização do fornecimento de medicamentos frente à universalidade do Sistema Único de Saúde**. 2016. 322 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2016.

SERRA JÚNIOR, Marcus Vinícius Barreto. A vinculação do precedente judicial e a segurança jurídica. **Revista de Informação Legislativa**: RIL, v. 54, n. 214, p. 131-152, abr./ jun. 2017. Disponível em: <[https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/214/ril\\_v54\\_](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/214/ril_v54_)>. Acesso em 29 out. 2018.

SOUZA E SILVA, Rinaldo Mouzalas de; ALBUQUERQUE, João Otávio Terceiro Neto Bernardo de. Reclamação constitucional. **Revista Brasileira de Direito e Processo Civil**. João Pessoa, Ano I, Número 1, junho 2016. Disponível em <<http://www.rbdpc.com.br/artigos/01/04.html>>. Acesso em: 28 out. 2018.

SOUZA, Mário Rômulo Calado de. A força vinculante da decisão proferida no incidente de resolução de demandas repetitivas. **Revista Jus Navigandi**. Teresina, ano 23, nº 5516, 8 ago. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/61623>>. Acesso em: 29 out. 2018.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 49. Ed.rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016 3 v. 1253 p.

TOURINHO NETO, Fernando da Costa Tourinho. Efeito Vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal: uma solução para o Judiciário. **Revista de informação legislativa**. Brasília. v. 32, n. 128, p. 185-189, out./dez. 1995. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176419>>. Acesso em 29 out. 2018.

VILANDE, Fernanda Carravetta. **O papel criativo do juiz na colisão entre os direitos fundamentais à vida privada e à liberdade de expressão e de comunicação**. 2006. 223 f. Dissertação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Rio Grande do Sul.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 2.